

**ANA CAROLINNE LIMA DA SILVA**

**RESPONSABILIDADE CIVIL DO ADMINISTRADOR DE S.A.**

**CURITIBA**

**2003**

**ANA CAROLINNE LIMA DA SILVA**

**RESPONSABILIDADE CIVIL DO ADMINISTRADOR DE S.A.**

Monografia apresentada ao Curso de Direito do Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Direito.

ORIENTADORA: Dra. Márcia Carla  
Pereira Ribeiro

CURITIBA

2003

## TERMO DE APROVAÇÃO

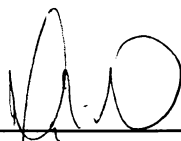
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ADMINISTRADOR DE S.A.

Por

ANA CAROLINNE LIMA DA SILVA

MONOGRAFIA APROVADA COMO REQUISITO PARCIAL PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE BACHAREL EM DIREITO, CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, PELA COMISSÃO FORMADA PELOS PROFESSORES:

ORIENTADORA:



PROFª DRA. MÁRCIA CARLA PEREIRA RIBEIRO



PROF. EDSON ISFER

PROF. CARLOS JOAQUIM DE OLIVEIRA FRANCO

CURITIBA, 04 de março de 2003.

Agradeço a todos aqueles que contribuíram para a realização deste trabalho, em especial à Marília, pela inestimável colaboração prestada, e à minha família pelo apoio e suporte ofertados.

## **RESUMO**

A gestão e gerência da sociedade anônima cabem a um administrador eleito por assembléia geral de acionistas. Somente podem eleger-se administrador os acionistas possuidores de ações que lhes garantam o direito de voto para o comando da empresa. Essa forma de administração confere à companhia estrutura mais ágil, porém ao passo dessa agilidade há também maior possibilidade de fraudes. Diante disto é que se remonta à necessidade de estudar a responsabilidade do administrador desse tipo societário quando se age com abuso ou excesso, desobedecendo aos direitos e deveres inerentes a seu cargo, e previstos na legislação em vigor.

## SUMÁRIO

<b>TERMO DE APROVAÇÃO .....</b>	<b>ii</b>
<b>RESUMO .....</b>	<b>iv</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>01</b>
<b>1 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE SOCIEDADES ANÔNIMAS .....</b>	<b>04</b>
1.1 HISTÓRICO.....	04
1.2 CONCEITO DE SOCIEDADE ANÔNIMA .....	07
<b>2 ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE ANÔNIMA.....</b>	<b>10</b>
2.1 NOÇÃO DE CONTROLE E GESTÃO: PODER DE CONTROLE E ADMINISTRAÇÃO .....	10
2.2. TEORIA DO ÓRGÃO E NATUREZA JURÍDICA DA ADMINISTRAÇÃO	11
2.3. PRINCÍPIO MAJORITÁRIO NA ASSEMBLÉIA GERAL: REPRESENTAÇÃO DA MINORIA NA ADMINISTRAÇÃO .....	13
<b>3 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA.....</b>	<b>18</b>
3.1 PRINCÍPIOS GERAIS: REQUISITOS E IMPEDIMENTOS .....	18
3.2 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO .....	23
3.2.1 Formação, Eleição e Competência .....	23
3.3 DIRETORIA.....	28
3.3.1 Formação, Eleição, Competência e Representação .....	28
<b>4 DEVERES DO ADMINISTRADOR .....</b>	<b>30</b>
4.1 DEVER DE DILIGÊNCIA.....	31
4.2 DESVIO DE FINALIDADE E DEVER DE LEALDADE.....	33
4.3 CONFLITO DE INTERESSES.....	35
4.4 DEVER DE INFORMAR .....	37
<b>5 RESPONSABILIDADE DO ADMINISTRADOR.....</b>	<b>39</b>
5.1 RESPONSABILIDADE PESSOAL E SOLIDÁRIA DO ADMINISTRADO	39
5.2 AÇÃO DE RESPONSABILIDADE .....	45
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>47</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>51</b>

## INTRODUÇÃO

Observando a evolução histórica das sociedades anônimas, depreende-se que nem sempre houve uma preocupação da legislação em se proteger os interesses de todos aqueles que constituem a sociedade.

Sob este aspecto, desde o surgimento das sociedades anônimas, os acionistas minoritários das companhias, além de não possuírem acesso à gestão e ao controle da empresa, ainda tinham que ficar subordinados às vontades dos acionistas controladores, suportando, muitas vezes danos em seu patrimônio.

Neste diapasão, visando uma maior proteção dos acionista minoritários e a diminuição dos abusos cometidos na administração das sociedades, a legislação e a doutrina evoluíram, prevendo deveres e obrigações para aqueles que exercem o controle das companhias.

Juntamente com essa previsão de direitos e deveres engendrou-se a idéia da responsabilidade dos administradores das sociedades anônimas, quando infringissem qualquer das obrigações que lhes fossem cabíveis.

No entanto, para se analisar a questão da responsabilidade do administrador de companhias, necessário se faz breve explanação sobre o surgimento e a forma de estruturação das sociedades, como forma de se antever os deveres e obrigações dos administradores.

Assim, a análise da responsabilidade do administrador de sociedade anônima abrange os atos do Conselho de Administração e da Diretoria da sociedade anônima, que são os órgãos que compõem a administração deste tipo societário.

Inicialmente, é válido ressaltar que quando o empresário escolhe um determinado tipo societário, ele o faz baseado na responsabilidade pessoal que lhe será atribuída, bem como no porte do empreendimento. Considerando estes dois aspectos, costuma-se optar pelo tipo societário que traz pouca ou nenhuma responsabilidade pessoal para os sócios que irão compor a sociedade.

Salvo exceções, na sociedade anônima a responsabilidade pessoal dos sócios por dívidas da empresa não existe, pois neste tipo societário há distinção clara e ampla entre o patrimônio dos sócios e o patrimônio da sociedade. Por este motivo é importante uma análise do que viria a significar a gestão e gerência de uma sociedade anônima e quais as conseqüências quando se ultrapassam os limites impostos pela legislação atinentes à administração da sociedade.

O papel de gestão e gerência da sociedade anônima cabe a um administrador, que deve ser eleito por uma assembléia geral de acionistas. Entretanto, nas assembléias gerais só podem eleger administrador de sociedade anônima os acionistas que possuírem ações que lhe gerem o direito de voto para o comando da empresa.

Esta forma de gestão e gerência propicia à sociedade anônima uma estrutura muito mais ágil de administração. Porém, ao passo que a sociedade anônima permite uma maior agilidade na administração da empresa, ela também engendra uma maior possibilidade de fraudes. Daí advém a necessidade de se estudar a responsabilidade do administrador deste tipo societário quando age com abuso ou excesso.

Dentro dessa perspectiva de agir co abuso ou excesso encontra-se uma infinidade de aspectos relevantes para a verificação da responsabilidade do administrador de sociedade anônima, como por, exemplo as idéias de: i) gestão e controle; ii) função social da sociedade; iii) constituição e atuação os órgãos de administração da sociedade; iv) deveres e obrigações do administrador; v) atos pelos quais o administrador de sociedade anônima é responsável; e vi) medidas cabíveis contra administrador de sociedade anônima que comete ato ilícito.

Analisados esses aspectos facilmente poder-se-á aduzir que o administrador da sociedade anônima, na gestão e gerência da companhia, deverá obedecer aos dispositivos legais e ao estatuto da empresa, atendendo, desta forma, os interesses da companhia e de todos os seus acionistas (e não somente dos acionistas majoritários), sob pena de ser responsabilizado por seus atos.



Note-se que a responsabilidade do administrador pode ocorrer em diversas esferas: civil, trabalhistas, tributária e penal. Mas o presente trabalho restringir-se-á a abordar a responsabilidade civil do administrador de sociedade anônima, tendo em vista a diversidade e amplitude do tema.

## 1 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE SOCIEDADES ANÔNIMAS

### 1.1 HISTÓRICO

A origem das chamadas sociedades anônimas é obscura e controversa. Muitos foram os doutrinadores que tentaram definir o exato momento histórico em que surgiu esse tipo societário, no entanto, sem lograr sucesso.

Destarte, as mais variadas teorias especulam sobre o surgimento das sociedades anônimas. Há quem afirme que elas apareceram na Idade Média, com a criação das associações de credores do Estado.

Há também quem afirme que seu ponto inicial foi com a criação das sociedades holandesas, que objetivavam a exploração ultramarina no início do século XVII.

Mas, apesar das controvérsias, há quase uma unanimidade doutrinária em afirmar que a sociedade anônima foi o tipo societário que surgiu como forma de organização econômica das sociedades colonizadoras do século XVII, principalmente das associações formadas pelos armadores medievais.

Rubens REQUIÃO, por exemplo, afirma que foi na Holanda, em 1602, que despontou a primeira sociedade por ações, tendo, após, espalhado-se por todo o mundo<sup>1</sup>. E não diferentemente das outras sociedades anônimas surgidas neste período, seu objetivo também era a exploração de terras ultramarinas.

Observe-se que a formação dessas sociedades por ações medievais era autorizada e incentivada pelo Estado, como privilégio, numa política descentralizadora, motivo pelo qual o seu capital era formado de recursos particulares e públicos. Como exemplo desse tipo societário tem-se a Companhia das Índias Ocidentais.

---

<sup>1</sup> REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**. 17.ed. São Paulo: Saraiva, 1988, v. 2, p. 3.

Segundo Fran MARTINS<sup>2</sup>, a autorização do Estado para a criação das companhias marítimas de exploração, como privilégio, foi necessária até a promulgação do Código francês de 1808.

Nessa época, a Revolução Industrial já estava se desenvolvendo e apoderou-se do sistema das sociedades por ações para incorporar o capital necessário para a expansão industrial. Todavia, para a constituição das sociedades era necessário o privilégio real (autorização).

Como a exigência dessa autorização real era uma trava ao desenvolvimento industrial, surgiu, na França, um movimento revolucionário de libertação das sociedades anônimas, como bem afirma Rubens REQUIÃO<sup>3</sup>.

Com a promulgação do Código francês de 1808, as sociedades por ações foram admitidas como sociedades comerciais, sendo agora constituídas por concessão.

Pelo mecanismo de concessão, era necessária uma autorização do governo para a criação e funcionamento das companhias. Mas devido às desvantagens desse sistema, em 1867 ele foi revogado, criando-se as sociedades anônimas sem autorização governamental<sup>4</sup>.

É importante salientar, também, que foi com o Código Comercial francês de 1808 que houve a fixação da limitação da responsabilidade do acionista ao valor das ações subscritas, a divisão do capital em ações e assumiu-se a denominação de sociedade anônima.

Com isso, as sociedades anônimas progrediram na grande maioria dos países do mundo que adotaram o princípio da livre constituição, não sendo mais necessária qualquer autorização para sua implementação e vigência.

No Brasil, a presença das sociedades anônimas é notada desde a colonização, vez que as empresas marítimas que àquela época realizavam os desbravamentos marítimos eram constituídas na forma de sociedades anônimas.

---

<sup>2</sup> MARTINS, Fran. **Curso de Direito Comercial**. 19.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994, p. 305.

<sup>3</sup> REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**. 17.ed., São Paulo: Saraiva, 1988, v. 2, p. 4.

<sup>4</sup> Fran MARTINS observa que em casos de companhia que possuíssem interesse público, a autorização governamental ainda era devida, mesmo com a Lei Francesa de 24 de julho de 1867. (MARTINS, Fran. **Curso de Direito Comercial**. 19.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994, p. 305).

Amador Paes de ALMEIDA<sup>5</sup> cita como exemplo de uma sociedade anônima da época da colonização, a Companhia de Comércio do Brasil, que possuía o monopólio oficial do tráfico de negros escravos.

Entretanto, somente em 1849 foi promulgado o Decreto nº 575, que foi a primeira manifestação legal brasileira sobre as sociedades anônimas. Determinava a obrigatoriedade da autorização do Poder Público para a incorporação ou aprovação desse tipo societário.

A norma supramencionada foi substituída pelo Código Comercial de 1850, que passou a regular as sociedades anônimas. Essa legislação apresentava os requisitos para a constituição das S/A's, bem como os parâmetros de sua organização. Possuía preceitos rígidos e vinculava o funcionamento das sociedades à autorização do Estado.

Tal regulamentação foi substituída em 1882 pela Lei nº 3.150, mais liberal e menos rigorosa. Foi essa a lei brasileira que primeiro previu a responsabilidade pessoal e solidária dos acionistas por desobediência aos preceitos legais. Em outros termos, instituiu-se o embrião da responsabilidade civil do administrador de sociedades anônimas.

Além disso, também prezou pela responsabilidade do cedente de ações pelo valor integral destas, bem como a obrigação dos administradores de restituírem os dividendos distribuídos indevidamente.

Na seqüência sobrevieram diversas leis e decretos reguladores da sociedade anônima, até que em 15 de dezembro de 1976 foi promulgada a Lei nº 6.404, que nasceu para regulamentar as sociedades por ações, incluindo-se as sociedades anônimas.

Essa lei encontra-se em vigência até os dias atuais, tendo sido alterada pela Lei nº 9.457/97, que reduziu os direitos dos acionistas minoritários, com claro objetivo de facilitar a privatização das empresas estatais, bem como aumentou a competência da Comissão de Valores Mobiliários, prevendo punições mais severas para as irregularidades envolvendo o mercado de ações.

---

<sup>5</sup> ALMEIDA, Amador Paes. **Manual das Sociedades Comerciais**. 12.ed. São Paulo: Saraiva, 1999, p. 162.

A última alteração que ocorreu na Lei nº 6.406/76 foi implementada pela Lei nº 10.303/01. Essa lei possui oito artigos e prevê<sup>6</sup> nova redação para cerca de 40 artigos da Lei nº 6.404/76 e também acrescenta a esta quatro novos artigos, incluindo a volta do direito de *tag along*<sup>7</sup> para ações ordinárias.

O Novo Código Civil de 2002 nenhuma alteração trouxe a respeito das sociedades anônimas, mas lhe reservou dois artigos<sup>8</sup>, como forma de mantê-las integradas às disposições daquele compêndio legal.

## 1.2 CONCEITO DE SOCIEDADE ANÔNIMA

Segundo o novo Código Civil, a sociedade anônima é aquela cujo capital divide-se em ações, obrigando-se cada sócio ou acionista somente pelo preço de emissão das ações que subscrever ou adquirir.<sup>9</sup>

<sup>6</sup>A nova Lei das S/A: avanços, ausências e problemas  
<http://www.google.com.br/search?q=cache:lidiopAKS3MJ:www.dynamo.com.br/cartas/carta32.pdf+lei++10303&hl=pt-BR&ie=UTF-8>, retirado em 30/05/2003.

<sup>7</sup>Tag along é o direito conferido ao acionista minoritário não controlador da companhia de receber o mesmo preço pago ao acionista controlador desta caso haja alienação de controle (Art. 254-A. A alienação, direta ou indireta, do controle de companhia aberta somente poderá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a fazer oferta pública de aquisição das ações com direito a voto de propriedade dos demais acionistas da companhia, de modo a lhes assegurar o preço no mínimo igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle.

§ 1º Entende-se como alienação de controle a transferência, de forma direta ou indireta, de ações integrantes do bloco de controle, de ações vinculadas a acordos de acionistas e de valores mobiliários conversíveis em ações com direito a voto, cessão de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações que venham a resultar na alienação de controle acionário da sociedade.

§ 2º A Comissão de Valores Mobiliários autorizará a alienação de controle de que trata o caput, desde que verificado que as condições da oferta pública atendem aos requisitos legais.

§ 3º Compete à Comissão de Valores Mobiliários estabelecer normas a serem observadas na oferta pública de que trata o caput.

§ 4º O adquirente do controle acionário de companhia aberta poderá oferecer aos acionistas minoritários a opção de permanecer na companhia, mediante o pagamento de um prêmio equivalente à diferença entre o valor de mercado das ações e o valor pago por ação integrante do bloco de controle.

§ 5º VETADO)).

<sup>8</sup> **Art. 1088.** Na sociedade anônima ou companhia, o capital divide-se em ações, obrigando-se cada sócio ou acionista somente pelo preço de emissão das ações que subscrever ou adquirir.

**Art. 1089.** A sociedade anônima rege-se por lei especial, aplicando-se-lhe, nos casos omissos, as disposições deste Código.

<sup>9</sup> **Art. 1.088.** “Na sociedade anônima ou companhia, o capital divide-se em ações, obrigando-se cada sócio ou acionista somente pelo preço de emissão das ações que subscrever ou adquirir”.

Como bem informa Zeno VELOSO<sup>10</sup>, a definição de sociedade anônima posta no novo Código Civil é compatível com aquela contida na legislação especial em vigor, ou seja, daquela definição contida na Lei nº 6.404/76, em seu artigo 1º:

Art. 1º. A companhia ou sociedade anônima terá o capital dividido em ações, e a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas<sup>11</sup>.

A doutrina clássica, de maneira geral, define sociedade anônima como aquela cujo capital é dividido em frações chamadas ações e cujos sócios têm sua responsabilidade limitada ao preço de emissão das ações que possuem.

Atente-se que as ações que formam o capital social de uma sociedade anônima são espécies de valores mobiliários que justamente delimitam a responsabilidade dos acionistas.

A relação entre ação e valor mobiliário é importante porque, como bem ensina Amador Paes de ALMEIDA<sup>12</sup>, o conceito de sociedade anônima e o conceito das outras sociedades comerciais estão intimamente ligados às suas características. E nesse caso, a principal característica da sociedade anônima é ter seu capital social dividido em ações.

Assim, quando um acionista passa a integrar uma sociedade anônima e o faz por meio da aquisição e subscrição de ações, estando as ações adquiridas ou subscritas totalmente integralizadas, não há mais nenhuma obrigação do acionista, nem para com terceiros, nem para com a companhia.

Entretanto, não estando as ações adquiridas ou subscritas totalmente integralizadas, o acionista será responsável perante a companhia ou terceiros até o valor de emissão das ações que adquirir.

O fato de a responsabilidade do acionista da sociedade anônima ser limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas é o grande atrativo para

---

<sup>10</sup> VELOSO, Zeno *apud* FIÚZA, Ricardo (coord.). **Novo Código Civil Comentado**. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 979.

<sup>11</sup> BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. **Diário Oficial da União**, Brasília, p.1, suplemento, 17 dez. 1976.

<sup>12</sup> ALMEIDA, Amador Paes. **Manual das Sociedades Comerciais**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 1999, p. 167.

eleger-se esse tipo societário. Isso ocorre porque, com esse mecanismo, separa-se claramente o patrimônio dos sócios ou acionistas do patrimônio da companhia.

Com essa distinção, diferentemente de outras formas societárias, não há a possibilidade de responsabilização dos sócios ou acionistas por danos causados a terceiros ou à própria sociedade, o que demanda controle da gestão da companhia de forma a se evitar fraudes.

E é por esse aspecto que se torna relevante o estudo sobre a administração da sociedade anônima, vez que ingerências surgidas nesse campo podem caracterizar abusos ou excessos que devem ser punidos com o rigorismo que a lei prevê.

## 2 ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE ANÔNIMA

### 2.1 NOÇÃO DE CONTROLE E GESTÃO: PODER DE CONTROLE E A ADMINISTRAÇÃO

Para iniciar-se o estudo propriamente dito sobre a administração de sociedade anônima, antes se faz necessário tecer breves comentários sobre a noção de gestão e controle, não somente no que se refere às aplicações práticas dos termos, mas também quanto aos seus significados semânticos.

Historicamente, a evolução da idéia de controle auferiu diversos significados, dependendo da localidade onde era utilizada. Segundo Fábio Konder COMPARATO<sup>13</sup>, no Brasil, o significado do termo assimilou as acepções inglesa e francesa, tomando a conotação de vigilância, verificação, fiscalização, como ato ou poder de dominar, regular, guiar ou restringir. Para o autor, no âmbito das sociedades anônimas é nesse contexto de dominação e fiscalização que a palavra controle deve ser utilizada.

Isso porque nas sociedades anônimas a gestão e direção da empresa não são determinadas pelos fundadores ou acionistas, mas pelos órgãos próprios, criados por lei, para exercer essa função. Entenda-se aqui a idéia de gestão e direção como ato ao efeito de administrar, gerenciar, de coordenar as atividades da empresa.

Assim, a forma de controle e gestão de uma sociedade anônima está diretamente relacionada à organização interna dos órgãos que a constituem, bem como à forma como é efetuada a fiscalização das atividades de organização e representação da empresa.

---

<sup>13</sup> COMPARATO, Fábio Konder. **O Poder de Controle na S.A.** 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1983, p.14.



Nesse diapasão, segundo Fábio Ulhoa COELHO<sup>14</sup>, duas correntes teóricas podem ser observadas:

1. Corrente Monista: o gerenciamento da sociedade cabe à diretoria e a fiscalização e supervisão dos diretores<sup>15</sup> cabem somente aos acionistas, reunidos em assembléia geral. Sistema utilizado pelo Direito inglês e pelo Direito italiano;
2. Dualista: sistema de criação do Direito alemão. O gerenciamento das atividades da companhia é exercido pela diretoria, a qual é fiscalizada e supervisionada tanto pela assembléia geral quanto por outro órgão de fiscalização denominado conselho de administração.

Segundo o autor, até 1976 o Brasil adotava somente o sistema monista de administração de sociedade anônima. A partir da reforma bancária de 1964<sup>16</sup> é que se começou a utilizar o sistema dualista de administração. Atualmente, os dois sistemas convivem no ordenamento jurídico brasileiro, pois para as companhias abertas, com capital autorizado ou de economia mista o sistema dualista é obrigatório, mas para as demais companhias sua adoção é facultativa.

A obrigatoriedade de adoção do sistema dualista para as companhias abertas, com capital autorizado ou de economia mista advém da necessidade de um controle maior das atividades dos administradores desses tipos societários, considerando que contam, para a formação de seu capital social, com recursos captados junto ao mercado de capitais ou do Estado.

## 2.2. TEORIA DO ÓRGÃO E A NATUREZA JURÍDICA DA ADMINISTRAÇÃO

Como anteriormente observado, notória é a necessidade de as sociedades anônimas apresentarem certa organização para seu bom funcionamento. As atividades desempenhadas dentro de uma companhia são diversas e complexas, demandando uma distribuição de tarefas diretivas entre seus componentes.

---

<sup>14</sup> COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2002, v.2, p. 234.

<sup>15</sup> Executivos encarregados de organizar a empresa e representar legalmente a pessoa jurídica.

<sup>16</sup> Lei nº 4.595/64, artigo 37, I.

Aliás, dentro de uma sociedade anônima, como bem ensina Rubens REQUIÃO<sup>17</sup>, “o problema da administração social se torna complexo, impondo uma melhor distribuição de poderes”, o que desencadeia a formação dos centros de poderes diretivos dentro da companhia.

Esses centros de poder social têm sua natureza jurídica fundamentada pela teoria do órgão, a qual afirma que a administração das companhias é executada por órgãos criados a partir do órgão supremo que é a assembléias geral de acionistas.

Nem sempre a natureza jurídica da administração das sociedades anônimas foi vista através da teoria do órgão. Outrora, a idéia que se tinha era de que os administradores eram representantes legais da sociedade dotados de mandato<sup>18</sup>.

Ocorre que a idéia de mandato trouxe muitos problemas<sup>19</sup> para explicar a relação dos administradores com a companhia, motivo pelo qual a doutrina evoluiu para a noção de órgão social da empresa.

Observe-se, no entanto, que a criação de qualquer órgão dentro da sociedade anônima, seja ele diretoria ou conselho de administração, tem que ter parâmetros no estatuto da empresa, bem como devem ser “estruturados de forma democrática”<sup>20</sup>.

Dentro dessa lógica organizacional eqüitativa é que se classificam as três categorias dos órgãos diretivos da companhia, quais sejam:

1. órgão de deliberação: expressa a vontade da sociedade e é representado pela assembléia geral;
2. órgão de execução: realiza a vontade da sociedade e é representado pela diretoria e pelo conselho de administração;
3. órgão de controle: fiscaliza a execução da vontade social e é representado pelo conselho fiscal.

A administração da sociedade anônima está mais delimitada nos órgão de execução, ou seja, na diretoria e no conselho de administração, que nada mais

---

<sup>17</sup> REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**. 17.ed. São Paulo: Saraiva, 1988, v. 2, p. 140.

<sup>18</sup> BULGARELLI, Waldirio. **Manual das S.A.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 1993, p.148.

<sup>19</sup> Para BULGARELLI a relação intersubjetiva que se estabelecia, aparentemente, entre a sociedade e seus mandatários refletia-se na sua ação e efeitos, sem uma qualificação jurídica adequada. (BULGARELLI, Waldirio. **Manual das S.A.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 1993, p.148).

<sup>20</sup> REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**. 17.ed. São Paulo: Saraiva, 1988, v. 2, p. 140.

constituem do que “o conjunto de pessoas físicas que, por disposição da lei, estão autorizadas a manifestar a vontade do ente e a desenvolver a atividade jurídica necessária para consecução dos seus fins”<sup>21</sup>.

Waldírio BULGARELLI<sup>22</sup> afirma que a sociedade anônima adquire e exercita direitos e contrai obrigações por meio de seus órgãos. No entanto, é importante salientar que apesar de os órgãos diretivos da sociedade representarem suas “vontades”, não há como dissociá-las da vontade das próprias pessoas físicas que integram esses órgãos. Nesse âmbito haveria um elemento subjetivo do órgão a interferir nas decisões referentes à administração da empresa.

### 2.3. PRINCÍPIO MAJORITÁRIO NA ASSEMBLÉIA GERAL: REPRESENTAÇÃO DA MINORIA NA ADMINISTRAÇÃO

Como observado no item anterior, a assembléia geral é o órgão supremo da companhia. Ela constitui uma reunião de acionistas, convocada e instalada de acordo com o estatuto da empresa e tem poderes para tratar questões relativas ao objeto de exploração da sociedade, bem como ao curso operacional da companhia.

Nas assembléias gerais, as deliberações sociais são tomadas pela maioria simples, absoluta ou qualificada, dependendo da exigência legal ou estatutária, de votos dos acionistas. Mas, como observa Osmar Brina Corrêa LIMA<sup>23</sup>, o poder na companhia é quase sempre exercido de fato e de direito por uma minoria que se apresenta como maioria, em termos de deliberação.

Isso ocorre porque a votação nas assembléias gerais toma como base o número de ações com direito a voto de cada acionista. Dessa forma, pode, por exemplo, um único acionista possuir maioria das ações votantes de uma companhia, e o restante das ações estarem pulverizadas entre milhares de acionistas.

No caso apresentado, deteria o poder de decisão dessa companhia aquela única pessoa, física ou jurídica, que possuísse a maior quantidade de ações com

---

<sup>21</sup> BULGARELLI, Waldírio. **Manual das S.A.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 1993, p.149.

<sup>22</sup> BULGARELLI, Waldírio. **Manual das S.A.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 1993, p.149.

<sup>23</sup> LIMA, Osmar Brina Corrêa, **O Acionista Minoritário no Direito Brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 1999, p.7.

direito a voto, pois por consequência deteria a maior quantidade de votos. Do exposto deduz-se que nem sempre as decisões auferidas em assembléia geral de acionistas representa realmente a vontade da maioria dos acionistas da companhia, podendo somente representar a maioria do seu capital votante.

Esse controle distorcido nas sociedades anônimas gera o que alguns doutrinadores denominam de “ditadura da maioria”, que funciona como fator impeditivo da participação de acionistas minoritários, em termos de poder, na gestão da companhia. A impossibilidade de influir na administração da empresa faz com que os acionistas minoritários não possam defender seus interesses, causando-lhes, muitas vezes, prejuízos.

Já afirma Jorge LOBO<sup>24</sup> que “não obstante a assembléia geral ser o órgão soberano da sociedade anônima, a realidade econômica demonstra que o poder de dirigir os destinos da companhia se encontra, de fato, nas mãos dos acionistas controladores e administradores”.

Mas, como bem observa Arnoldo WALD<sup>25</sup>, com o passar do tempo, os minoritários (acionistas ordinários não controladores) e os acionistas preferenciais deixaram de ser pessoas físicas ou pequenas empresas isoladas e sem poder de negociação que existiam no passado. Por conseguinte, denota-se que também mudou o perfil dos minoritários, demandando alterações no tratamento dado a eles pela lei, principalmente no que se refere ao protecionismo dado aos acionistas controladores.

Nesse tocante, a Lei nº 6.404/76 previu diversos direitos aos minoritários, bem como deveres, ônus e responsabilidades dos controladores e administradores das sociedades anônimas, para tentar, dessa forma, evitar o abuso no exercício de poder de controle da companhia. Para tanto, uma das previsões da Lei nº 6.404/76 é a responsabilização do administrador ou acionista controlador da companhia pelos danos causados com abuso de poder, assunto que será abordado posteriormente.

A Lei nº 6.404/76 também previu em seu artigo 141, como forma de proteção das minorias, a sua representação no conselho de administração. Para tanto instituiu

---

<sup>24</sup> LOBO, Jorge (coord.). **A Reforma da Lei das S.A.** São Paulo: Atlas, 1998, p. 28.

<sup>25</sup> WALD, Arnold apud LOBO, Jorge (coord.). **Inovações e Questões Controvertidas da Lei nº 10.303 de 31/10/2001.** Rio de Janeiro: Forense, 2002, p.221.

o voto múltiplo, que segundo Rubens REQUIÃO<sup>26</sup> é a forma de votação utilizada para a eleição de membros de órgãos da sociedade, em que cada ação terá o mesmo número de votos quantos forem os cargos a serem preenchidos<sup>27</sup>.

Importante ressaltar que o voto múltiplo não se confunde com o voto plural, com o qual certa classe de ações possui variados votos para cada uma delas. O voto plural configura uma forma facilitada de controle da sociedade pelos acionistas majoritários.

A reforma da Lei nº 10.303/01 alterou o parágrafo quarto do artigo 141, além de acrescentar mais quatro parágrafos ao aludido dispositivo.<sup>28</sup> Prevê um mecanismo

<sup>26</sup> REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**. 17.ed. São Paulo: Saraiva, 1988, v. 2, p. 165.

<sup>27</sup> **Art. 141** Na eleição dos conselheiros, é facultado aos acionistas que representem, no mínimo, 0,1 (um décimo) do capital social com direito a voto, esteja ou não previsto no estatuto, requerer a adoção do processo de voto múltiplo, atribuindo-se a cada ação tantos votos quantos sejam os membros do conselho, e reconhecido ao acionista o direito de cumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários.

§ 1º A faculdade prevista neste artigo deverá ser exercida pelos acionistas até 48 (quarenta e oito) horas antes da assembléia geral, cabendo à mesa que dirigir os trabalhos da assembléia informar previamente aos acionistas, à vista do "Livro de Presença", o número de votos necessários para a eleição de cada membro do conselho.

§ 2º Os cargos que, em virtude de empate, não forem preenchidos, serão objeto de nova votação, pelo mesmo processo, observado o disposto no § 1º, *in fine*.

§ 3º Sempre que a eleição tiver sido realizada por esse processo, a destituição de qualquer membro do conselho de administração pela assembléia geral importará destituição dos demais membros, procedendo-se a nova eleição; nos demais casos de vaga, não havendo suplente, a primeira assembléia geral procederá à nova eleição de todo o conselho.

§ 4º Se o número de membros do conselho de administração for inferior a 5 (cinco), é facultado aos acionistas que representem 20% (vinte por cento), no mínimo, do capital com direito a voto, a eleição de um dos membros do conselho, observado o disposto no § 1º.

<sup>28</sup> **Art. 141** (...)

§ 4º Terão direito de eleger e destituir um membro e seu suplente do conselho de administração, em votação em separado na assembléia geral, excluído o acionista controlador, a maioria dos titulares, respectivamente:

I - de ações de emissão de companhia aberta com direito a voto, que representem, pelo menos, 15% (quinze por cento) do total das ações com direito a voto; e

II - de ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito de emissão de companhia aberta, que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social, que não houverem exercido o direito previsto no estatuto, em conformidade com o art. 18.

§ 5º Verificando-se que nem os titulares de ações com direito a voto e nem os titulares de ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito perfizeram, respectivamente, o quórum exigido nos incisos I e II do § 4º, ser-lhes-á facultado agregar suas ações para elegerem em conjunto um membro e seu suplente para o conselho de administração, observando-se, nessa hipótese, o quórum exigido pelo inciso II do § 4º.

§ 6º Somente poderão exercer o direito previsto no § 4º os acionistas que comprovarem a titularidade ininterrupta da participação acionária ali exigida durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização da assembléia geral.

que a minoria acionista tem para conseguir eleger um representante seu no conselho de administração, ou seja, é uma forma de participação na administração da sociedade, visando à proteção de seus interesses. Isso porque com a adoção do voto múltiplo, possui cada ação o número de votos da quantidade de cargos vagos, podendo-se concentrar todos os votos em um único candidato ou dispersá-los entre vários candidatos.

Essa forma de votação permite a representação das minorias no conselho de administração, caso não haja uma concentração de votos nos candidatos dos titulares do poder de decisão da companhia (majoritários), pois as ações dos controladores também terão direito a voto múltiplo.

Portanto, como afirma Márcia Carla Pereira RIBEIRO<sup>29</sup>, dificilmente haverá uma mudança no controle da sociedade, até porque a própria lei concedeu mecanismos de manutenção do poder do acionista controlador<sup>30</sup>, mas poderá haver uma maior representatividade dos sócios minoritários por votações que adotarem o previsto no artigo supramencionado.

Do exposto, observa-se que as legislações vêm alterando-se no sentido de procurar atender tanto os controladores das companhias quanto os sócios minoritários. Para aqueles, a lei tem tentado manter o poder que lhes já fora garantido, mas delimitando sua atuação a fim de proteger a estes de administrações abusivas ou do

---

§ 7º Sempre que, cumulativamente, a eleição do conselho de administração se der pelo sistema do voto múltiplo e os titulares de ações ordinárias ou preferenciais exercerem a prerrogativa de eleger conselheiro, será assegurado a acionista ou grupo de acionistas vinculados por acordo de votos que detenham mais do que 50% (cinquenta por cento) das ações com direito de voto o direito de eleger conselheiros em número igual ao dos eleitos pelos demais acionistas, mais um, independentemente do número de conselheiros que, segundo o estatuto, compoem o órgão.

§ 8º A companhia deverá manter registro com a identificação dos acionistas que exercerem a prerrogativa a que se refere o § 4º.

<sup>29</sup> BERTOLDI, Marcelo M (coord.). **Reforma da Lei das S.A.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 113.

<sup>30</sup> Observe que o parágrafo 4º do artigo 8º da Lei nº 10.303/01 prevê que até a assembléia geral ordinária que se reunir para aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2004, inclusive, o conselheiro eleito na forma do § 4º, inciso II, ou do § 5º do art. 141, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, será escolhido em lista tríplice elaborada pelo acionista controlador; e, a partir da assembléia geral ordinária de 2006, o referido conselheiro será eleito nos termos desta lei, independentemente do mandato do conselheiro a ser substituído.

uso abusivo do direito de voto. Não por outro motivo que Norma PARENTE<sup>31</sup> considera que a reforma da lei societária constituiu grande avanço no ordenamento jurídico brasileiro.

Essa tentativa de proteção dos acionistas minoritários, pela legislação brasileira, é uma tendência inclusive dos projetos de lei em discussão atualmente. No entanto, dificilmente poder-se-á vislumbrar normas que realmente concedam aos minoritários o poder de gestão e administração da companhia.

Como se pode notar, a intenção das últimas reformas legais não foi de fato a proteção efetiva dos acionistas minoritários, mas sim evitar os abusos de gestão, protegendo seus interesses e diminuindo seu desamparo, sem, no entanto, retirar o poder de controle dos acionistas majoritários.

Essa atenção com os direitos dos minoritários tem como fundamento, também, os abusos que vinham sendo cometidos na administração das companhias, por meio de manipulação dos interesses sociais para atender os interesses de um pequeno grupo de acionistas que detinham o poder de controle da sociedade.

Por essas razões, não restam dúvidas de que deve haver uma moralização cada vez maior dos órgãos gestores da sociedade, quais sejam a diretoria e o conselho de administração, pois somente dessa forma poder-se-á verificar uma proteção efetiva de todos os acionistas da empresa, minoritários e controladores, atendendo, assim, o interesse de todos.

---

<sup>31</sup> LOBO, Jorge (coord.). **Inovações e Questões Controvertidas da Lei nº 10.303 de 31/10/2001**. Rio de Janeiro: Forense, 2002, p. 14.

### 3 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

#### 3.1 PRINCÍPIOS GERAIS: REQUISITOS E IMPEDIMENTOS

Como já visto, em um primeiro momento, as sociedades anônimas possuíam como órgão executivo somente a diretoria, que configurava o órgão de gerência das atividades das companhias. Com a evolução legislativa criou-se o conselho de administração. A criação não extinguiu a diretoria, muito pelo contrário, veio auxiliá-la nas atividades diretivas da sociedade.

Por conseguinte, no Brasil, a administração de uma sociedade anônima é exercida com a seguinte estrutura:

1. conselho de administração: órgão de deliberação colegiada que fixa a orientação geral dos negócios da empresa;
2. diretoria: órgão executivo que representa a sociedade por meio de seus membros (diretores). Essa competência de representação é privativa do diretores.

Note-se que a competência de cada um dos órgãos da administração é bem delimitada, não podendo as atribuições de cada um ser delegadas a outros órgãos, mesmo que sejam criados por lei ou pelo estatuto.

Muito embora haja essa vedação legal de delegação de competências, alguns atributos são comuns ao conselho de administração e à diretoria. Essas normas comuns são aquelas referentes a: i) requisitos; ii) impedimentos; iii) investidura; iv) remuneração; v) deveres, e; vi) responsabilidades.

Segundo as normas comuns atinentes aos requisitos, só podem ser eleitos para a diretoria e para o conselho de administração:



<b>DIRETORIA</b>	<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>
Pessoa natural	Pessoa natural
Acionista ou não	Acionista
Residente no país	Residente ou não no país

No que concerne à obrigação do conselheiro ser acionista, Waldírio BULGARELLI<sup>32</sup> informa que haveria uma tendência de a sociedade anônima ser dirigida por quem for sócio, inclusive se estendendo a tendência para os diretores, para os quais não há essa obrigatoriedade legal. Mas, modernamente, o que se verifica é a gestão das empresas por administradores não sócios e com larga experiência mercadológica.

No que tange às demais exigências, anteriormente ao advento da Lei nº 10.194/2001, que alterou o artigo 146 da Lei de Sociedades Anônimas, o eleito para o conselho de administração também deveria ser residente no país, bem como os diretores.

Todavia, o dispositivo legal supramencionado excluiu essa obrigatoriedade, mas incluiu uma condição para os casos de conselheiros residentes no exterior, qual seja, a de que ele constitua representante residente no país com poderes para receber citação em ações mediante procuração com o prazo que deve se estender por no mínimo três anos após o término de sua gestão<sup>33</sup>.

Marcelo M. BERTOLDI<sup>34</sup> afirma que esse prazo de três anos, que não constava na lei anterior, é um dispositivo que foi albergado para facilitar a citação por ações judiciais contra atos praticados por administrador da sociedade no decorrer de sua gestão. Essa previsão tem grande importância porque antes da reforma da lei havia a proibição de o conselheiro residir no exterior por ser a sua citação em ações judiciais e administrativas demasiadamente dificultada pela residência fora do país.

<sup>32</sup> BULGARELLI, Waldírio. **Manual das S.A.** 7.ed. São Paulo: Atlas, 1993, p.158.

<sup>33</sup> “**Art. 146.** (...)”

§ 2º A posse do conselheiro residente ou domiciliado no exterior fica condicionada à constituição de representante residente no País, com poderes para receber citação em ações contra ele propostas com base na legislação societária, mediante procuração com prazo de validade que deverá estender-se por, no mínimo, 3 (três) anos após o término do prazo de gestão do conselheiro”.

<sup>34</sup> BERTOLDI, Marcelo M (coord.). **Reforma da Lei das S.A.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 120.

Ressalte-se que sendo os requisitos transcritos alhures exigências da Lei nº 6.404/76, só pode a assembléia geral extraordinária da companhia eleger administrador quando este comprovar ter atendido todas as condições impostas.<sup>35</sup>

Além dos requisitos que os administradores eleitos devem atender, a lei supramencionada também preceitua todas as hipóteses impeditivas de eleição de administrador<sup>36</sup>. Portanto, não podem ser eleitos administradores de sociedade anônima:

1. pessoas declaradas inabilitadas por ato da Comissão de Valores Mobiliários;
2. pessoas impedidas por determinação de lei especial, e;
3. pessoas condenadas por crimes falimentares, prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, crimes contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos.

Márcia Carla Pereira RIBEIRO<sup>37</sup> leciona que essas vedações ocorrem pela incompatibilidade que há entre o exercício do cargo de administrador de uma companhia e as hipóteses relacionadas no artigo 147 da Lei nº 6.404/76.

Note-se que a reforma trazida pela Lei nº 10.303 à Lei das Sociedades Anônimas trouxe, no que se refere aos conselheiros, novos requisitos para sua eleição.

"Art. 147 (...)

§ 3º O conselheiro deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da assembléia geral, aquele que:

I - ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal; e

<sup>35</sup> "Art. 147. Quando a lei exigir certos requisitos para a investidura em cargo de administração da companhia, a assembléia geral somente poderá eleger quem tenha exibido os necessários comprovantes, dos quais se arquivará cópia autêntica na sede social".

<sup>36</sup> Art. 147 (...)

1º São inelegíveis para os cargos de administração da companhia as pessoas impedidas por lei especial, ou condenadas por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos.

2º São ainda inelegíveis para os cargos de administração de companhia aberta as pessoas declaradas inabilitadas por ato da Comissão de Valores Mobiliários".

<sup>37</sup> BERTOLDI, Marcelo M (coord.). **Reforma da Lei das S.A.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 121.

II - tiver interesse conflitante com a sociedade.

§ 4º A comprovação do cumprimento das condições previstas no § 3º será efetuada por meio de declaração firmada pelo conselheiro eleito nos termos definidos pela Comissão de Valores Mobiliários, com vistas ao disposto nos arts. 145 e 159, sob as penas da lei”.

Segundo Márcia Carla Pereira RIBEIRO<sup>38</sup>, as alterações trouxeram um aumento de representação das minorias. Para que se evite situações de conflitos de interesses, afastou-se a hipótese de concorrentes, utilizando a prerrogativa de os minoritários ingressarem como acionistas da empresa com fim de prejudicá-la.

Outro requisito para que se eleja administrador de sociedade anônima é o que se denomina de “garantia de gestão”. Pode o estatuto da companhia prever que o administrador garanta sua gestão por meio de penhor de ações da companhia ou outra garantia fornecida por ele ou por terceiros.

Waldírio BULGARELLI<sup>39</sup> afirma que a garantia de gestão tem como objetivo “efetivar a responsabilidade” do administrador, sendo que ela só será levantada após a aprovação das últimas contas do administrador, quando este deixar o cargo. É uma proteção da companhia contra qualquer dano que venha a sofrer por abuso do exercício de poder do administrador.

Mas, para que os administradores, tanto conselheiros quanto diretores, possam efetivamente ocupar seus cargos é necessário que haja suas investiduras, o que ocorre pela assinatura dos termos de posse no Livro de Atas de Reunião do Conselho de Administração e no Livro de Atas de Reunião de Diretoria.

As investiduras não configuram mera formalidade, pois caso os termos de posse não sejam assinados no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da eleição, esta se torna sem efeito. A perda do efeito da eleição só não ocorrerá, segundo § 1º do artigo 149 da Lei nº 6.404/76<sup>40</sup> caso haja justificativa da não assinatura no prazo legal, e o órgão para o qual o administrador tenha sido eleito aceitar os argumentos apresentados.

---

<sup>38</sup> BERTOLDI, Marcelo M (coord.). **Reforma da Lei das S.A.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 122.

<sup>39</sup> BULGARELLI, Waldírio. **Manual das S.A.** 7.ed. São Paulo: Atlas, 1993, p. 159.

<sup>40</sup> “**Art. 149** (...)”

§ 1º Se o termo não for assinado nos 30 (trinta) dias seguintes à nomeação, esta tornar-se-á sem efeito, salvo justificacão aceita pelo órgão da administração para o qual tiver sido eleito”.

Márcia Carla Pereira RIBEIRO<sup>41</sup> afirma que a importância desta formalidade reside no fato de que a assinatura do termo de posse identifica o início da responsabilidade do eleito como administrador da companhia, inclusive para os casos de sua responsabilização pessoal por atos atinentes à sociedade.

A Lei nº 10.303/01, no § 2º do artigo 149<sup>42</sup>, introduziu mais uma exigência para os termos de posse dos administradores. Devem conter a indicação de, pelo menos, um domicílio no qual o administrador receberá citações e intimações em processos judiciais e administrativos, relativos à sua gestão. Essa previsão legal objetiva a agilização dos processos judiciais e administrativos, cabendo o ônus da indicação do domicílio ao próprio administrador eleito.

Observe-se que a simples entrega das intimações e citações no endereço indicado pelo administrador reputar-lhe-ão efetividade, não sendo necessário que o próprio administrador as receba. Por esse motivo é importante que o endereço indicado esteja sempre atualizado e qualquer alteração seja comunicada por escrito à companhia.

Quanto à renúncia de qualquer administrador da companhia, Fran MARTINS<sup>43</sup> afirma que ela será eficaz em relação à sociedade quando for entregue a esta a comunicação por escrito do renunciante. No entanto, o efeito em face de terceiros de boa-fé só ocorrerá após o arquivamento do pedido de renúncia na Junta Comercial e sua publicação.

Por fim, quanto à remuneração dos administradores, inicialmente é importante ressaltar que ela não tem caráter contratual, mas apenas institucional e estatutário, ou seja, a remuneração terá sempre que obedecer aos limites impostos pela lei e pelo estatuto da sociedade.

---

<sup>41</sup> BERTOLDI, Marcelo M (coord.). **Reforma da Lei das S.A.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 121.

<sup>42</sup> “**Art. 149** (...)”

§ 2º O termo de posse deverá conter, sob pena de nulidade, a indicação de pelo menos um domicílio no qual o administrador receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão, as quais reputar-se-ão cumpridas mediante entrega no domicílio indicado, o qual somente poderá ser alterado mediante comunicação por escrito à companhia”.

<sup>43</sup> MARTINS, Fran. **Curso de Direito Comercial**. 19.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994, p.381.

Segundo Jorge LOBO<sup>44</sup>, essas limitações impostas pela Lei nº 6.404/76 na instituição da remuneração dos administradores têm a finalidade de fortalecer os direitos das minorias e sujeitar os infratores à condenação por abuso do direito de voto.

O artigo 152 da Lei nº 6.404/76<sup>45</sup> prevê que a assembleia geral de acionistas fixa *o montante global ou individual da remuneração dos administradores, inclusive determinando os benefícios, quaisquer que sejam eles, e verbas de representação*<sup>46</sup>, considerando suas responsabilidades, o tempo dedicado à função, a competência e reputação profissional e o valor de seus serviços no mercado.

O dispositivo também prevê em seus parágrafos que o estatuto que fixar o dividendo obrigatório em 25% (vinte e cinco por cento) ou mais do lucro líquido pode atribuir aos administradores uma participação nos lucros da companhia, não sendo permitido ultrapassar a remuneração anual dos administradores e nem ultrapassar em um décimo dos lucros, prevalecendo o limite menor. Mas, essa participação nos lucros só será devida no exercício social em que for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório.

Quanto aos deveres e responsabilidades dos administradores, os assuntos serão tratados em capítulo próprio no decorrer deste trabalho.

### 3.2 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

#### 3.2.1 Formação, eleição e competência

A grande maioria da doutrina considera o conselho de administração um órgão intermediário entre a assembleia geral e a diretoria. Rubens REQUIÃO<sup>47</sup> afirma que “muitas das funções da antiga concepção de poderes da assembleia geral (...) foram

---

<sup>44</sup> LOBO, Jorge (coord.). **A Reforma da Lei das S.A.** São Paulo: Atlas, 1998, p. 44.

<sup>45</sup> “**Art. 152** A assembleia geral fixará o montante global ou individual da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado”.

<sup>46</sup> Modificação trazida pela Lei nº 9.457/97.

<sup>47</sup> REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**. 17.ed. São Paulo: Saraiva, 1988, v. 2, p.166.

transferidos para o conselho de administração, pois ele, na teoria e na prática, efetivamente acolhe os acionistas controladores”.

Por ter recebido competências que anteriormente pertenciam à assembléia geral é que a doutrina afirma que o conselho de administração teria uma competência ampla de estabelecer as políticas econômicas, sociais e financeiras da companhia, bem como fiscalizar as atividades exercidas pela diretoria.

Modesto CARVALHOSA<sup>48</sup> afirma que o conselho de administração é uma instância deliberativa sobre diversas matérias que competiam originalmente à assembléia geral, como por exemplo a eleição e legitimidade da gestão dos diretores, o exame e aprovação de suas contas.

O autor também afirma que, nesse sentido, o conselho de administração também avocou competências que originariamente pertenciam à diretoria, vez que agora lhe compete a orientação dos negócios sociais, bem como a convocação da assembléia geral de acionistas.

O artigo 142 da Lei nº 6.404/76 traz em seu bojo as matérias de competência do conselho de administração, sendo esta indelegável, até mesmo aos seus membros (conselheiros) individualmente. As matérias previstas na norma não podem ser restringidas, nem mesmo pelo estatuto, tampouco podem ser ampliadas.

No que se refere à sua composição, pelo artigo 140 da Lei nº 6.404/76<sup>49</sup>, o conselho de administração é formado por, no mínimo, três acionistas eleitos em assembléia geral e destituíveis por esta a qualquer tempo. O número máximo e mínimo de conselheiros, bem como sua forma de eleição e substituição, incluindo-se o

---

<sup>48</sup> CARVALHOSA, Modesto; LATORRACA, Nilton. **Comentários à Lei de S.A.** 2.ed. São Paulo: Saraiva, 1998, v. 3, p. 141.

<sup>49</sup> **Art. 140.** O conselho de administração será composto por, no mínimo, 3 (três) membros, eleitos pela assembléia geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, devendo o estatuto estabelecer:

I - o número de conselheiros, ou o máximo e mínimo permitidos, e o processo de escolha e substituição do presidente do conselho pela assembléia ou pelo próprio conselho;

II - o modo de substituição dos conselheiros;

III - o prazo de gestão, que não poderá ser superior a 3 (três) anos, permitida a reeleição;

IV - as normas sobre convocação, instalação e funcionamento do conselho, que deliberará por maioria de votos, podendo o estatuto estabelecer quórum qualificado para certas deliberações, desde que especifique as matérias.

Parágrafo único. O estatuto poderá prever a participação no conselho de representantes dos empregados, escolhidos pelo voto destes, em eleição direta, organizada pela empresa, em conjunto com as entidades sindicais que os representem”.

presidente do Conselho, o prazo de gestão e as normas de convocação, instalação e funcionamento serão estabelecidos pelo estatuto da companhia.

Note-se que o prazo de gestão dos conselheiros não pode ultrapassar três anos, mas a lei permite a reeleição de seus membros, respeitado esse prazo máximo de gestão.

Quanto às deliberações do conselho de administração, elas ocorrerão sempre por maioria de votos, mas pode o estatuto da companhia estabelecer quórum qualificado para determinadas matérias desde que especificadas por aquele instrumento. Outrossim, o estatuto também pode prever a participação de representantes dos empregados no conselho, desde que escolhidos por eles em eleição direta organizada pela empresa e em conjunto com as entidades sindicais que os representem<sup>50</sup>.

Segundo Fábio Ulhoa COELHO<sup>51</sup>, a votação para preenchimento de cargos do conselho de administração pode ser majoritária ou proporcional. Quem determina o tipo de votação a ser adotado é o estatuto da sociedade. Sendo este omissivo, a mesa da assembléia é quem determinará a modalidade a ser adotada.

Na votação majoritária há duas formas de realização: na primeira a votação é realizada por chapas, as quais serão compostas por um candidato para cada cargo vago. Na segunda maneira, a votação é em candidato único para cada cargo vago, sendo denominada “votação isolada”.

Nesse tipo de votação cada ação tem direito a um voto, mas o acionista não pode distribuir seus votos em diversas chapas diferentes ou em mais de um candidato. Dessa forma, os acionistas majoritários sempre controlarão o conselho e conseguirão eleger sempre seus candidatos.

Na votação proporcional não há chapas, somente votação em candidato isolado, mas não para um cargo específico e sim para todo o conselho. Cada ação também tem direito a um voto. A diferença é que os votos de um acionista podem ser distribuídos entre vários candidatos.

---

<sup>50</sup> Esta última previsão foi introduzida pela Reforma da Lei nº 10.303/01.

<sup>51</sup> COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2002, v.2, p. 215.

Nessa modalidade de eleição, as minorias conseguem uma maior representatividade no conselho de administração, tendo em vista que têm condições de eleger seus candidatos da mesma forma que ocorre nas votações por voto múltiplo<sup>52</sup>.

O § 4º do artigo 141 da Lei nº 6.404/76 foi inserido pela reforma da Lei nº 10.303/01 e trouxe uma nova previsão de eleição de conselheiro. Segundo esse dispositivo, os acionistas minoritários podem eleger um conselheiro por eleição em separado. Três são as formas de realização desta eleição.

Na primeira forma, votam os acionistas minoritários titulares de ações com direito a voto, desde que representem pelo menos 15% (quinze por cento) do capital votante. Na segunda, votam os acionistas preferenciais sem direito a voto e os que não exercerem eventual vantagem política estatutária assegurada na forma prevista no artigo 18 da Lei nº 6.404/76, desde que somem 10% (dez por cento) do capital social.

A última forma de eleição em separado está prevista no § 5º do artigo 141 da Lei nº 6.404/76. Esse dispositivo prevê a possibilidade de nas formas anteriores de votação em separado os acionistas minoritários não alcançarem os quóruns mínimos estipulados em lei. Caso isso ocorra esses dois conjuntos de minoritários podem agregar seus votos para eleger um conselheiro, desde que somem 10% (dez por cento) do capital social.

Para as votações em separado é necessário que os acionistas minoritários comprovem sua participação societária de forma ininterrupta, pelo período de, no mínimo, três meses anteriores à realização da assembleia geral de eleição<sup>53</sup>. Desses tipos de votação não pode participar o acionista controlador.

Apesar dessa vedação à participação do acionista controlador nas votações em separado, para ele não há prejuízo, pois a lei previu que, quando houver, cumulativamente a invocação das votações por voto múltiplo e em separado, o controlador poderá eleger conselheiros em número igual ao eleito pelos demais acionistas, mais um.

---

<sup>52</sup> Forma de votação explicitada no item 2.3 deste trabalho.

<sup>53</sup> Lei nº 6.404/76 artigo 141 § 6º.



Essa é uma forma de manter o controle da administração da companhia nas mãos dos acionistas majoritários, garantindo a proporcionalidade da votação. Observe-se que ocorrendo essa hipótese, não há que se observar o número máximo de conselheiros previsto no estatuto da companhia.

A Lei nº 6.404/76 também prevê a destituição de conselheiros a qualquer tempo, desde que haja deliberação da assembléia geral por maioria de votos. Qualquer conselheiro pode ser destituído, inclusive aqueles eleitos por voto múltiplo. Se isso ocorrer, todo o conselho de administração será destituído, para que não se “anule” a sistemática da votação de representantes das minorias<sup>54</sup>.

Destituído um dos conselheiros, seu substituto deve ser eleito para o término da gestão iniciada. Se tiver sido eleito por voto em separado ou por voto múltiplo seu sucessor também o será, se as condições para tanto ainda se verificarem. Caso contrário, o sucessor será eleito por maioria de votos em assembléia geral<sup>55</sup>.

Essa previsão tem a finalidade de proteger os interesses dos acionistas minoritários e evitar o abuso de poder do acionista controlador, que, utilizando a sua posição, consiga interferir na composição do conselho de administração.

Saliente-se, todavia, que a sistemática supramencionada remonta à destituição do conselheiro. Caso haja vacância do cargo, será substituído na deliberação da assembléia geral ou mesmo pelas formas previstas pelo estatuto (suplentes, por exemplo).

Além dos conselheiros, o conselho de administração possui um presidente, eleito na forma do estatuto da companhia, a quem cabe convocar e dirigir as reuniões. Essas realizam-se conforme o disposto no estatuto, sendo sempre obrigatória a lavratura de ata de reunião de conselho de administração, anteriormente mencionada<sup>56</sup>.

---

<sup>54</sup> Caso contrário, poderiam os acionistas controladores utilizar o poder que detêm para sempre destituírem os representantes das minorias, frustrando, desta maneira, suas participações na administração da companhia.

<sup>55</sup> Fábio Ulhoa Coelho afirma que se a destituição do Conselheiro não ocorrer por aplicação do artigo 159, § 2º da Lei nº 6.404/76, ele pode recandidatar-se e caso seja reeleito, poderá voltar ao cargo do qual foi destituído. (COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2002, v.2).

<sup>56</sup> Ensina Fran Martins que o registro das Atas na Junta Comercial só será obrigatória caso se queira que o assunto nela tratado (decisões) surtam efeitos em face de terceiros. (MARTINS, Fran. **Curso de Direito Comercial**. 19.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994, p. 382).

### 3.3 DIRETORIA

#### 3.3.1 Formação, eleição, competência e representação

A diretoria é o órgão executivo da empresa, que tem por finalidade a direção da companhia, por meio de seus membros, e a manifestação da vontade da pessoa jurídica nos negócios e atos realizados. Essa competência de representação é privativa da diretoria, só podendo ser delegada em casos extraordinários.

Segundo Fran MARTINS<sup>57</sup>, a diretoria é um órgão que sempre existe numa sociedade anônima, exercendo as funções de administração, ou seja, é por este órgão diretivo que a gestão e gerência dos negócios sociais realizam-se.

Quanto à sua composição, conforme o artigo 143 da Lei nº 6.404/76<sup>58</sup>, a diretoria é formada por, no mínimo, duas pessoas naturais e residentes no país, não sendo necessário que sejam acionistas. Registre-se que 1/3 (um terço) dos membros do conselho de administração podem ser eleitos para ocupar cargos na diretoria.

Essa previsão merece atenção pelo fato de as empresas modernas estarem optando, algumas vezes, por eleger como membros da diretoria pessoas não acionistas da empresa, mas que detenham grande capacidade de gerência de negócios, principalmente com reconhecimento mercadológico.

A partir dessa observação, o fato de se poder eleger para compor 1/3 (um terço) da diretoria os membros do conselho de administração evidencia uma forma de ter-se a presença de acionistas no órgão diretor, haja vista que somente podem ser

---

<sup>57</sup> MARTINS, Fran. **Curso de Direito Comercial**. 19.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994, p. 384.

<sup>58</sup> "Art. 143 - A Diretoria será composta por 2 (dois) ou mais diretores, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo conselho de administração, ou, se inexistente, pela assembléiageral, devendo o estatuto estabelecer:

I - o número de diretores, ou o máximo e o mínimo permitidos;

II - o modo de sua substituição;

III - o prazo de gestão, que não será superior a 3 (três) anos, permitida a reeleição;

IV - as atribuições e poderes de cada diretor.

§ 1º Os membros do conselho de administração, até o máximo de 1/3 (um terço), poderão ser eleitos para cargos de diretores.

§ 2º O estatuto pode estabelecer que determinadas decisões, de competência dos diretores, sejam tomadas em reunião da diretoria".

conselheiros aqueles que são acionistas. Além disso, essa mecânica permite um aperfeiçoamento da relação entre diretores e conselheiros.

Apesar de a lei trazer algumas diretrizes sobre a composição e funcionamento da diretoria, é o estatuto que determina o número de seus membros e suas competências, a duração de gestão e a formas de substituição. Fábio Ulhoa COELHO<sup>59</sup> também informa que no estatuto determinam-se quais são os atos de competência da diretoria como órgão (nestes casos as deliberações são por maioria de votos).

Ressalte-se que não existindo na companhia o conselho de administração, caberá à diretoria todas as funções administrativas da empresa, inclusive de traçar as políticas gerais de atuação desta e executá-las de acordo com o estatuto.

Mas, como bem evidencia Rubens REQUIÃO<sup>60</sup>, se existir o conselho de administração, caberá à diretoria somente o cumprimento das orientações advindas daquele órgão, não podendo ultrapassar os limites estatuídos. Sob esse aspecto, é importante que se tenha uma boa dinâmica entre os dois órgãos diretivos, sob pena de engendrar-se uma administração complexa, burocrática e destituída de efetividade.

No plano prático, o que se verifica é uma interatividade entre a diretoria e o conselho de administração, havendo sempre a influência de um órgão no funcionamento do outro. Como ensina Fábio Ulhoa COELHO<sup>61</sup>, o acionista controlador, antes da eleição do diretor ou mesmo conselheiro, negocia com o candidato as condições em que serão desenvolvidas as tarefas atinentes ao cargo.

Inclusive, nessas negociações prévias há a definição de metas e estratégias a serem atingidas pelo candidato a administrador, podendo todo o acordado ser documentado em instrumento por escrito que assegure os interesses das partes.

---

<sup>59</sup> COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2002, v.2, p. 227.

<sup>60</sup> REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**. 17.ed. São Paulo: Saraiva, 1988, v. 2, p.168.

<sup>61</sup> COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2002, v.2, p. 239.

## 4 DEVERES DO ADMINISTRADOR

Como forma de proteção dos interesses de todos os acionistas, principalmente dos minoritários, é que os administradores da sociedade anônima contraem para com a companhia e para com seus acionistas obrigações e deveres. Essas obrigações e deveres decorrem da constatação de que os administradores não atuam em nome próprio, mas da sociedade como um todo, ou seja, em nome da pessoa jurídica.

Por esse motivo poder-se-ia dizer que os atos praticados pelos administradores da sociedade anônima não os vincula, não respondendo eles, em princípio, por suas conseqüências. Excetue-se a essa regra os atos praticados com irregularidade, abuso de poder ou abuso de voto pelo acionista controlador, pois aí estar-se-ia a extrapolar limites impostos ao bom gestor.

Sobre o assunto manifesta-se Jorge LOBO<sup>62</sup>:

Ao admitir o fato inquestionável de os controladores deterem o poder de realizar o objeto social da companhia e ao conferir aos controladores imensos direitos, poderes e atribuições, a Lei nº 6.404/76 criou, em contrapartida, uma série de direitos dos minoritários e deveres, ônus e responsabilidades dos controladores, punindo o exercício abusivo de direito de voto e o exercício abusivo de poder de controle (...).

No entanto, não se aplicam aos atos dos administradores de sociedade anônima a teoria da não vinculação dos atos de gestão. Isso porque a teoria da responsabilidade civil baseia-se nos artigos 186 e 927 do Código Civil de 2002, que prevêm:

**Art. 186.** Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

**Art. 927.** Aquele que por ato ilícito (arts. 186 e 187) causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

---

<sup>62</sup> LOBO, Jorge (coord.). **A Reforma da Lei das S.A.** São Paulo: Atlas, 1998, p. 28.

Dos aludidos dispositivos supra, extrai-se a ilação de que o administrador que causar dano deverá ser responsabilizado por seus atos de gestão. Por esse motivo foi que a lei previu uma série de deveres e obrigações a serem observados pelos administradores.

Ensina P. R. Tavares PAES<sup>63</sup> que os deveres e obrigações dos administradores não se restringem somente aos acionistas da empresa. Essa responsabilidade também ocorre frente à própria sociedade e frente a terceiros, em caso de danos. Afirma ainda que a responsabilidade dos administradores consiste na violação de deveres impostos por lei e pelo estatuto, e que a infração desses deveres é uma infração contratual.

Os principais deveres dos administradores estão dispostos em lei, não sendo, todavia, uma previsão *numerus clausus*, ou seja, pode haver a responsabilização de administrador da companhia por descumprimento de outros deveres que não aqueles postos na lei.

Os mais importantes deveres dos administradores da sociedade anônima são: dever de lealdade, dever de informar e dever de diligência.

#### 4.1 DEVER DE DILIGÊNCIA

O dever do administrador da companhia de diligência advém do brocardo “bom pai de família”, ou seja, concerne ao cuidado que todo homem de bom senso deve empregar. Como os outros deveres e responsabilidades do administrador, está enunciado no artigo 153 da Lei nº 6.404/76<sup>64</sup>.

Contudo, o entendimento doutrinário mais atual quanto à aplicação prática desse dever do administrador é o de que todo administrador da companhia tem o dever de empregar na condução de seus negócios as “cautelas, recomendações, postulados e diretivas da ciência da administração da empresa”<sup>65</sup>.

---

<sup>63</sup> PAES, P. R. Tavares. **Responsabilidade dos Administradores de Sociedades**. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997, p. 18.

<sup>64</sup> “**Art. 153** O administrador da companhia deve empregar, no exercício de suas funções, o cuidado e diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios negócios”

<sup>65</sup> COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2002, v.2, p. 244.

Isso significa que o dever de diligência é aquele que se emprega na forma que se conduzem as atividades (administração) da empresa, e não está relacionado aos resultados positivos que a gestão pode gerar.

Por isso é que os doutrinadores mais modernos afirmam que o dever de diligência é a obrigação que o administrador tem de aplicar técnicas reconhecidas pela ciência como adequadas para o gerenciamento da companhia. Tomadas essas precauções, não haveria a obrigatoriedade de alcance dos fins sociais da empresa, pois para isso outros fatores alheios à administração também importariam.

Observe-se que há um questionamento imperioso quanto a esse posicionamento doutrinário. Como sopesar quais valores são mais importantes quando, atendendo plenamente seu dever de diligência, o administrador causar danos a terceiros de boa-fé?

É notório que as situações de mercado, principalmente no ramo comercial, alteram-se a cada dia dificultando a boa vivência financeira das empresas. Nesse aspecto, até mesmo os bons administradores podem enveredar para uma administração desastrosa causando prejuízos não somente para os acionistas, mas também para fornecedores, investidores e até mesmo aos próprios empregados da companhia.

Então, como mensurar se uma escolha estratégica de gerenciamento de uma empresa é a correta ou não? Como reputar ao administrador um prejuízo auferido pela empresa por uma escolha errada de gestão?

Observe-se que o assunto é controverso e traz outras implicações. Deve haver uma margem de segurança para que o administrador possa atuar dentro da companhia, tomando decisões que lhe pareçam as mais adequadas, caso contrário, impedir-se-ia até mesmo o desenvolvimento das técnicas de gestão, pois o administrador sentir-se-ia tolhido, frente a possibilidade de ser responsabilizado por atos decorrentes de sua gestão.

Por esse motivo é que Fabio Ulhoa COELHO<sup>66</sup> afirma que a incidência do artigo 153 da Lei nº 6.404/76 não pode ultrapassar os limites da apreciação técnica pertinente ao cumprimento da obrigação de meio.

---

<sup>66</sup> COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2002, v.2, p. 244.

## 4.2 DESVIO DE FINALIDADE E DEVER DE LEALDADE

O desvio de finalidade e o dever de lealdade dizem respeito aos limites e finalidades do exercício de funções do administrador. Nesse âmbito, a sociedade existe para a realização do lucro com a sua conseqüente repartição entre os sócios, conforme estatuído em lei.

É nesse sentido que se manifesta o artigo 154 da Lei nº 6.404/76, que institui que o administrador tem o dever de exercer as atribuições que a lei e o estatuto impõem para que se alcance os fins e interesses da companhia.

Essa previsão normativa intenta delimitar o sopesamento dos interesses particulares dos sócios e os interesses da sociedade, pois o interesse desta é uma convergência de interesses diversos, inclusive aqueles dos acionistas minoritários, pouco protegidos, tendo em vista a mínima influência que exerce nos rumos da companhia.

Por isso, o importante é vislumbrar a sociedade como uma confluência de interesses múltiplos, formadores da vontade da sociedade, realizando, assim, um objetivo comum a todos que a compõem, sócios minoritários, majoritários e administradores não sócios.

Essa previsão legal foi de grande importância para a proteção dos interesses dos sócios com pouco ou nenhum poder de decisão na companhia, ou melhor, dos sócios minoritários, pois por essa disposição dificulta-se o desvio de poder para a consecução do interesse de poucos, em detrimento do interesse da maioria.

E nesse caso, o desvio de poder, segundo Tavares PAES<sup>67</sup>, é o afastamento dos deveres que a lei e o estatuto impõem ao administrador. A própria lei especifica os casos em que há o desvio de poder, mas essa disposição não é *numerus clausus*, configurando também o abuso de poder os casos de fraude contra a disposição de norma vigente.

---

<sup>67</sup> PAES, P. R. Tavares. **Responsabilidade dos Administradores de Sociedades**. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

Dentre as hipóteses previstas no § 2º do artigo 154 da Lei nº 6.404/76<sup>68</sup>, estão a prática de: i) atos de liberalidade à custa da companhia, ii) tomar por empréstimo bens ou recursos da companhia, sem prévia autorização da assembleia geral, para proveito próprio ou de sociedade que tenha interesse, ou de terceiros, seus bens serviços ou créditos<sup>69</sup> e iii) receber de terceiros, sem autorização da assembleia geral, vantagens pessoais, quaisquer que sejam, em razão do cargo ocupado<sup>70</sup>.

Quanto aos atos de liberalidade, como bem informa Trajano de MIRANDA, citado por Tavares Paes<sup>71</sup>, cabe aqui defini-los como aqueles atos que diminuem o patrimônio social da empresa sem que lhe tragam nenhum benefício ou vantagem de ordem econômica. Seria, por exemplo, a distribuição disfarçada de lucros.

Em nada estes atos de liberalidade confundem-se o com disposto no § 4º do artigo 154 da Lei nº 6.404/76<sup>72</sup>, que prevê que os órgãos de administração podem autorizar a prática de atos gratuitos razoáveis em benefício dos empregados ou da comunidade de que participe a empresa, considerando suas responsabilidades sociais.

Portanto, deve o administrador proceder com lealdade à sociedade em todos os atos de sua gestão. Essa é a disposição do artigo 155 da Lei nº 6.404/76:

**Art. 155** O administrador deve servir com lealdade à companhia e manter reserva sobre os seus negócios, sendo-lhe vedado:

I - usar, em benefício próprio ou de outrem, com ou sem prejuízo para a companhia, as oportunidades comerciais de que tenha conhecimento em razão do exercício de seu cargo;

<sup>68</sup> “**Art. 154** (...)”

§ 2º É vedado ao administrador:

a) praticar ato de liberalidade à custa da companhia;  
b) sem prévia autorização da assembleia geral ou do conselho de administração, tomar por empréstimo recursos ou bens da companhia, ou usar, em proveito próprio, de sociedade em que tenha interesse, ou de terceiros, os seus bens, serviços ou crédito;  
c) receber de terceiros, sem autorização estatutária ou da assembleia geral, qualquer modalidade de vantagem pessoal, direta ou indireta, em razão do exercício de seu cargo.

<sup>69</sup> O desvio de poder também ocorrerá caso ao empréstimo venha ocorrer através de interposta pessoa, desde que se comprove a intenção de fraudar do administrador.

<sup>70</sup> Forma de se combater a propina de qualquer natureza.

<sup>71</sup> MIRANDA, Trajano de *apud* PAES, P. R. Tavares **Responsabilidade dos Administradores de Sociedades**. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

<sup>72</sup> “**Art. 154** (...)”

§ 4º O conselho de administração ou a diretoria podem autorizar a prática de atos gratuitos razoáveis em benefício dos empregados ou da comunidade de que participe a empresa, tendo em vista suas responsabilidades sociais”.



- II - omitir-se no exercício ou proteção de direitos da companhia ou, visando à obtenção de vantagens, para si ou para outrem, deixar de aproveitar oportunidades de negócio de interesse da companhia;
- III - adquirir, para revender com lucro, bem ou direito que sabe necessário à companhia, ou que esta tencione adquirir<sup>73</sup>.

Como bem explicita Márcia Carla Pereira RIBEIRO<sup>74</sup>, esse dispositivo, ao tratar do dever de lealdade tem aplicação mais direcionada às companhias abertas e insere-se na parte da legislação que trata da relação destas com o mercado, concedendo maior confiabilidade ao mercado mobiliário e suas negociações.

Em outros termos, é uma forma de assegurar aos investidores e acionistas da companhia uma “paridade de condições quanto às informações sobre determinado valor mobiliário e contribuindo para o desenvolvimento de um mercado assentado na segurança do investidor”<sup>75</sup>.

Assim, incorrendo o administrador nas hipóteses do artigo 155 da Lei nº 6.404/76, será considerado desleal para com a companhia. Mas, muitas vezes, confunde-se o dever de lealdade com o dever de diligência, sendo que nesses casos, a responsabilidade geralmente é fundamentada nessa última hipótese.

### 4.3 CONFLITO DE INTERESSES

A lei também faz previsão da possibilidade de haver conflito de interesses entre o administrador e a sociedade anônima<sup>76</sup>. Nessa hipótese, deve o administrador da

<sup>73</sup> BRASIL. Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. **Diário Oficial da União**, Brasília, p.1, suplemento, 17 dez. 1976.

<sup>74</sup> BERTOLDI, Marcelo M (coord.). **Reforma da Lei das S.A.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 126.

<sup>75</sup> BERTOLDI, Marcelo M (coord.). **Reforma da Lei das S.A.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 126.

<sup>76</sup> **Art. 156.** É vedado ao administrador intervir em qualquer opressão social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração ou da diretoria, a natureza e extensão do seu interesse.

§ 1º. Ainda que observado o disposto neste artigo, o administrador somente pode contratar com a companhia em condições razoáveis ou equitativas, idênticas às que prevalecem no mercado ou em que a companhia contrataria com terceiros”.

§ 2º. O negócio contratado com infração do disposto no § 1º é anulável, e o administrador interessado será obrigado a transferir para a companhia as vantagens que dele tiver auferido.

companhia abster-se de praticar qualquer ato referente à sociedade quando se verificar o conflito de interesses.

Essa abstenção do administrador também é considerada um dever, inclusive um dever próximo à idéia de lealdade do administrador. Tem como fundamento o fato de que havendo o conflito não poderá o administrador proceder com a diligência necessária para a consecução dos interesses sociais.

Infelizmente, o que se aduz da realidade é que o homem frente, a uma situação de conflito, pela sua própria natureza, inclina-se a atender aos próprios interesses em detrimento dos interesses da sociedade.

Por esse motivo, verificada uma situação de conflito, conforme previsão do artigo 156 da Lei nº 6.404/76, cabe ao administrador informar à companhia o impedimento para exercer suas funções, registrando-se em ata de reunião do órgão diretivo ao qual pertence a extensão e a natureza do seu interesse.

Observe-se que o § 1º do dispositivo supramencionado reconhece a possibilidade de o administrador contratar com a própria companhia, desde que atendidos os requisitos de equitatividade na negociação, bem como observadas as condições gerais de mercado. Fábio Ulhoa COELHO<sup>77</sup> informa que essas exigências são para evitar a ocorrência de locupletamento do administrador ou que o negócio traga prejuízos para a sociedade. A lei afirma que não atendidas essas exigências, qualquer contrato firmado será nulo, tendo a sociedade direito sobre as vantagens dele auferidas.

Segundo Márcia Carla Pereira RIBEIRO<sup>78</sup>, essa previsão legal intenta abranger aquelas situações em que o administrador de uma sociedade também é sócio de outra sociedade da qual a empresa que gerencia tem interesse em adquirir bens ou serviços. No caso em tela, estaria o administrador em situação embaraçosa, visto que não saberia a qual interesse atender: intenção de menor custo da empresa que gerencia ou maior margem de lucro para a sociedade da qual é sócio.

---

<sup>77</sup> COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2002, v.2, p. 246.

<sup>78</sup> BERTOLDI, Marcelo M (coord.). **Reforma da Lei das S.A.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 127.

#### 4.4 DEVER DE INFORMAR

Nas companhias abertas, além dos deveres anteriormente explicitados, também há o dever do administrador de informar, segundo a previsão do artigo 157 da Lei nº 6.404/76<sup>79</sup>, a qual possui duas vertentes:

1. há o dever do administrador de informar aos acionistas da companhia todas informações consideradas importantes;
2. há o dever de informar do administrador ao mercado sobre as modificações na posição acionária ou fatos relevantes, atinentes à empresa.

No que concerne ao dever de informação devido aos acionistas, a lei determina que deve o administrador declarar, ao firmar o termo de posse, o número de ações, bônus de subscrição, opções de compra de ações e debêntures conversíveis em ações, de emissão da companhia e de sociedades controladas ou do mesmo grupo, de que

---

<sup>79</sup> Art. 157. O administrador de companhia aberta deve declarar, ao firmar o termo de posse, o número de ações, bônus de subscrição, opções de compra de ações e debêntures conversíveis em ações, de emissão da companhia e de sociedades controladas ou do mesmo grupo, de que seja titular.

§ 1º. O administrador de companhia aberta é obrigado a revelar à assembléia geral ordinária, a pedido de acionistas que representem 5% (cinco por cento) ou mais do capital social:

- a) o número dos valores mobiliários de emissão da companhia ou de sociedades controladas, ou do mesmo grupo, que tiver adquirido ou alienado, diretamente ou através de outras pessoas, no exercício anterior;
- b) as opções de compra de ações que tiver contratado ou exercido no exercício anterior;
- c) os benefícios ou vantagens, indiretas ou complementares, que tenha recebido ou esteja recebendo da companhia e de sociedades coligadas, controladas ou do mesmo grupo;
- d) as condições dos contratos de trabalho que tenham sido firmados pela companhia com os diretores e empregados de alto nível;
- e) quaisquer atos ou fatos relevantes nas atividades da companhia.

§ 2º. Os esclarecimentos prestados pelo administrador poderão, a pedido de qualquer acionista, ser reduzidos a escrito, autenticados pela mesa da assembléia, e fornecidos por cópia aos solicitantes.

§ 3º. A revelação dos atos ou fatos de que trata este artigo só poderá ser utilizada no legítimo interesse da companhia ou do acionista, respondendo os solicitantes pelos abusos que praticarem.

§ 4º. Os administradores da companhia aberta são obrigados a comunicar imediatamente à bolsa de valores e a divulgar pela imprensa qualquer deliberação da assembléia geral ou dos órgãos de administração da companhia, ou fato relevante ocorrido nos seus negócios, que possa influir, de modo ponderável, na decisão dos investidores do mercado de vender ou comprar valores mobiliários emitidos pela companhia.

§ 5º. Os administradores poderão recusar-se a prestar a informação (§ 1º, e), ou deixar de divulgá-la (§ 4º), se entenderem que sua revelação porá em risco interesse legítimo da companhia, cabendo à Comissão de Valores Mobiliários, a pedido dos administradores, de qualquer acionista, ou por iniciativa própria, decidir sobre a prestação de informação e responsabilizar os administradores, se for o caso.

§ 6º Os administradores da companhia aberta deverão informar imediatamente, nos termos e na forma determinados pela Comissão de Valores Mobiliários, a esta e às bolsas de valores ou entidades do mercado de balcão organizado nas quais os valores mobiliários de emissão da companhia estejam admitidos à negociação, as modificações em suas posições acionárias na companhia.

seja titular .O mesmo dever pode ser exigido a pedido de acionistas que representem 5% (cinco por cento) ou mais do capital social, no que se refere:

- a) o número dos valores mobiliários de emissão da companhia ou de sociedades controladas, ou do mesmo grupo, que tiver adquirido ou alienado, diretamente ou por meio de outras pessoas, no exercício anterior;
- b) as opções de compra de ações que tiver contratado ou exercido no exercício anterior;
- c) aos benefícios ou vantagens, indiretas ou complementares, que tenha recebido ou esteja recebendo da companhia e de sociedades coligadas, controladas ou do mesmo grupo;
- d) às condições dos contratos de trabalho que tenham sido firmados pela companhia com os diretores e empregados de alto nível;
- e) a quaisquer atos ou fatos relevantes nas atividades da companhia.

No entanto, mais importante do que o dever de informar os acionistas, é o dever de informar à Comissão de Valores Mobiliários e à Bolsa de Valores as modificações de posição acionária do administrador, bem como os fatos considerados relevantes. Como forma de proteção do mercado investidor, essa exigência estende-se aos conselheiros fiscais das companhias abertas, bem como aos seus acionistas controladores.

Para Fábio Ulhoa COELHO<sup>80</sup>, fatos relevantes são aqueles que podem influir de modo ponderável na decisão de investidores do mercado de capitais, no sentido de vender ou comprar valores mobiliários emitidos pela sociedade anônima.

Observe-se, no entanto, que antes de divulgar qualquer fato considerado relevante compete ao administrador guardar sigilo sobre as operações que influenciem no comportamento dos investidores, sendo-lhe vedado utilizar-se de informações privilegiadas para auferir qualquer vantagem, para quem quer que seja, sob pena de crime contra a companhia.

---

<sup>80</sup> COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2002, v.2, p. 247.

## 5 RESPONSABILIDADE DO ADMINISTRADOR

Do exposto nos capítulos anteriores, observa-se que ao administrador da sociedade anônima são atribuídos por lei deveres e obrigações que deverão ser observados durante a gestão da companhia.

A previsão legal desses direitos e deveres decorreu de uma evolução histórica legislativa que vislumbrou a necessidade, principalmente, de “proteger” os interesses dos acionistas que detinham o poder de direção da empresa, bem como de proteger os direitos dos demais interessados.

Sob este aspecto, descumpridas as obrigações e deveres previstos em lei e no próprio estatuto da sociedade, poderia ser o administrador da sociedade responsabilizado por seus atos de gestão. Essa responsabilidade aplica-se nos âmbitos civil, criminal, trabalhista e tributário. O enfoque deste trabalho monográfico é a responsabilidade civil dos administradores da sociedade anônima.

A Lei nº 6.404/76, em seu artigo 158, previu as hipóteses de responsabilização civil dos administradores da sociedade anônima:

Art. 158. O administrador não é pessoalmente responsável pelas obrigações que contrair em nome da sociedade e em virtude de ato regular de gestão; responde, porém, civilmente, pelos prejuízos que causar, quando proceder:

- I - dentro de suas atribuições ou poderes, com culpa ou dolo;
- II - com violação da lei ou do estatuto.

Esse dispositivo legal regulamenta toda a mecânica de responsabilização do administrador da companhia, tanto no que concerne à violação de lei ou estatuto, quanto à hipótese de abuso de poderes e atribuições.

Quanto ao inciso I, do *caput* do artigo acima transcrito, a responsabilidade do administrador é subjetiva, ou seja, cabe prova do procedimento culposo. Já pelo inciso II do mesmo dispositivo, o que se verifica é uma responsabilidade subjetiva com

presunção de culpa<sup>81</sup>. Para Fábio Ulhoa COELHO<sup>82</sup>, a responsabilidade prevista nessa segunda hipótese é a subjetiva clássica.

A partir dessa noção, Tavares PAES<sup>83</sup> afirma que:

“(...) o administrador não é pessoalmente responsável, não responde civilmente pelas obrigações contraidas em nome da sociedade e em virtude de ato regular de gestão. É responsável, todavia, na esfera civil, pelos atos praticados com dolo ou culpa ou violadores da lei ou estatutos”.

O ato do administrador que gere sua responsabilização deve ter como premissa a existência de um dano a ser reparado, mas para que essa reparação ocorra é necessário que a companhia comprove:

1. conduta culposa do demandado;
2. existência e extensão do prejuízo;
3. nexo de causalidade entre a conduta do administrador e o dano<sup>84</sup>.

A comprovação desses três requisitos é necessária porque a responsabilidade civil do administrador de sociedade anônima fundamenta-se na responsabilidade subjetiva, albergada pelo artigo 927 do Código Civil brasileiro.

Note-se que a idéia de responsabilidade não é exclusiva da esfera jurídica, mas liga-se a todos os domínios da vida social. A responsabilidade civil surge da ocorrência de um prejuízo. Assim, a responsabilidade civil é uma forma de reparação do dano, buscando preservar a harmonia e equilíbrio que orienta a sociedade.

Trata-se de um instituto muito dinâmico que tem de adaptar-se e transformar-se no mesmo ritmo em que evolui a sociedade, para oferecer, em qualquer época, o meio ou processo pelo qual assegura a finalidade de restabelecer o equilíbrio desfeito pelo dano.

---

<sup>81</sup> Mas há doutrinadores que afirma que seria uma responsabilidade objetiva.

<sup>82</sup> COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial**. 5ed. São Paulo: Saraiva, 2002, vol.2, p. 250.

<sup>83</sup> PAES, P. R. Tavares. **Responsabilidade dos Administradores de Sociedades**. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997, p.43.

<sup>84</sup> A força maior ou caso fortuito é excludente da responsabilidade do administrador, desde que comprovada.

O interesse em restabelecer o equilíbrio econômico-jurídico alterado pelo dano é a causa geradora da responsabilidade civil. Todos os casos de responsabilidade civil obedecem a quatro requisitos:

1. ocorrência de dano certo, podendo ser material ou moral;
2. relação de causalidade entre o fato gerador da responsabilidade e o dano;
3. força maior e a exclusiva culpa da vítima;
4. autorizações judiciais e administrativas que não constituam motivos de exoneração da responsabilidade.

No Direito, em tese, adota-se o princípio da culpa como fundamento da responsabilidade. Entretanto, há exceção a esse princípio admitindo-se casos de responsabilidade sem culpa.

Para a aplicação da responsabilidade do administrador da companhia tem-se analisado cada situação em particular, visto, muitas vezes, a dificuldade do prejudicado em comprovar alguns dos fatores supramencionados.

A partir dessa dificuldade de comprovação dos requisitos da responsabilidade civil adveio a utilização, em alguns casos, da responsabilização objetiva. A intenção de sua recepção pela norma vigente foi a de contemplar a justiça.

A fundamentação da aplicação da responsabilidade objetiva é o risco que o administrador corre no exercício normal de suas atividades, não importando se ele agiu com a prudência e probidade necessárias ao exercício de suas funções. É o caso da responsabilidade do empresário por acidentes de consumo.

Entretanto, a teoria da responsabilidade objetiva tem criado situações excessivamente onerosas para os que são obrigados a indenizar. Estabelecer a obrigação de reparar diante do simples laço de causalidade torna a administração da sociedade inviável. É o prejuízo injusto que deve ser considerado.

Cabe ressaltar que o exercício de um direito não é, de nenhum modo, incompatível com a noção de culpa (*neminem laedit qui jure suo utitur*). Os direitos não são dados para que se faça uso deles discricionariamente, para prejudicar a outrem. Quando tal acontece, estão sendo desviados do seu fim e isso é abuso de direito.

Portanto, indiferente é a intenção ou não do administrador da companhia de ocasionar o dano. A responsabilização será sempre devida. Nas hipóteses previstas na

legislação em vigor, a diferença entre a responsabilidade objetiva e subjetiva é a licitude dos atos de gestão do administrador.

Nesse diapasão, para Tavares PAES<sup>85</sup>, a responsabilidade do administrador da companhia que pratica atos dentro das atribuições ou poderes somente pode ocorrer se for comprovado o dolo ou culpa do gestor, não interferindo, no entanto, esses fatores para auferição do montante da indenização.

Já no que concerne à infração de lei ou estatuto, a alegação de seu desconhecimento não excluía responsabilidade do administrador. Nesta hipótese não há que se provar a culpa do administrador faltoso. O próprio descumprimento de previsão legal ou estatutária já enuncia a sua responsabilização. No caso de descumprimento do Estatuto, é válido ressaltar que a cláusula violada tem que ser válida, do contrário não existiria qualquer violação.

Observe-se que o descumprimento dos deveres legais pelos administradores pode gerar dano a qualquer um: à própria companhia, aos investidores, aos acionistas ou a terceiros interessados. Todavia, geralmente a prejudicada é a sociedade, o que indiretamente também atinge os acionistas.

Segundo Fábio Ulhoa COELHO<sup>86</sup>, havendo lesão à companhia por ato de administrador, a apuração e efetivação de sua responsabilidade será feita pela assembléia geral, como forma de proteger os interesses sociais.

Dessa feita, a competência para deliberar sobre a responsabilização de administrador caberá à assembléia geral, que analisará se o diretor ou conselheiro será ou não responsabilizado. Observe-se que se não houver essa prévia deliberação da assembléia não pode a sociedade ou qualquer de seus sócios postular em juízo a reparação dos danos sofridos.

É a disposição do artigo 159 da Lei nº 6.404/76:

Art. 159. Compete à companhia, mediante prévia deliberação da assembléia geral, a ação de responsabilidade civil contra o administrador, pelos prejuízos causados ao seu patrimônio.

---

<sup>85</sup> PAES, P. R. Tavares. **Responsabilidade dos Administradores de Sociedades**. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997, p.49.

<sup>86</sup> COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2002, v.2, p. 262.



§ 1º A deliberação poderá ser tomada em assembléia geral ordinária e, se prevista na ordem do dia, ou for consequência direta de assunto nela incluído, em assembléia geral extraordinária.

§ 2º O administrador ou administradores contra os quais deva ser proposta a ação ficarão impedidos e deverão ser substituídos na mesma assembléia.

Para averiguar os fatos e decidir pela responsabilização ou não do administrador, a assembléia pode fazer investigações, levantando dados e efetuando exames de documentos atinentes ao caso. Se for necessário, a assembléia pode suspender o diretor ou conselheiro do exercício de suas funções.

Como disposto no aludido artigo, nas assembléias gerais ordinárias a votação da responsabilização do administrador pode ocorrer independente de pauta. Já nas assembléias gerais extraordinárias a votação só ocorrerá se estiver previamente incluída nos assuntos a serem discutidos, ou a responsabilização ocorra por algum dos pontos da pauta (a responsabilização tem que decorrer de alguns dos assuntos discutidos na pauta).

Havendo a deliberação da assembléia sobre a responsabilização do administrador e caso decida-se demandá-lo judicialmente, segundo Fábio Ulhoa COELHO<sup>87</sup>, duas providências são inerentes:

1. substituição do administrador responsabilizado, cabendo este dever ao órgão societário competente para sua substituição (conselho de administração para diretores destituídos e assembléia geral para conselheiros destituídos);
2. providenciar as medidas administrativas e contratuais necessárias ao ajuizamento da ação de indenização, cabendo este dever à diretoria.

Caso a deliberação da assembléia seja pela não responsabilização do administrador, este voltará a seu cargo, se tiver sido suspenso durante as investigações. Mas, mesmo não havendo a responsabilização, a destituição do cargo poderá ocorrer, pois a decisão não vincula permanência no cargo.

Observe-se que o § 4º do artigo 159 da Lei nº 6.404/76 prevê que se a assembléia deliberar não promover a ação, poderá ela ser proposta por acionistas que representem 5% (cinco por cento), pelo menos, do capital social.

---

<sup>87</sup> COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2002, v.2, p. 263.

## 5.1 RESPONSABILIDADE PESSOAL E SOLIDÁRIA DO ADMINISTRADOR

A responsabilidade civil do administrador de sociedade anônima é individual e pessoal, mas pode ocorrer a responsabilização solidária por força de lei ou vontade das partes. É o disposto no artigo 158 da Lei nº 6.404/76 e seus §§:

**Art. 158. (...)**

§ 1º. O administrador não é responsável por atos ilícitos de outros administradores, salvo se com eles for conivente, se negligenciar em descobri-los ou se, deles tendo conhecimento, deixar de agir para impedir a sua prática. Exime-se de responsabilidade o administrador dissidente que faça consignar sua divergência em ata de reunião do órgão de administração ou, não sendo possível, dela dê ciência imediata e por escrito ao órgão da administração, ao Conselho Fiscal, se em funcionamento, ou à assembléia geral.

§ 2º. Os administradores são solidariamente responsáveis pelos prejuízos causados em virtude do não-cumprimento dos deveres impostos por lei para assegurar o funcionamento normal da companhia, ainda que, pelo estatuto, tais deveres não caibam a todos eles.

§ 3º. Nas companhias abertas, a responsabilidade de que trata o § 2º ficará restrita ressalvado o disposto no § 4º, aos administradores que, por disposição do estatuto tenham atribuição específica de dar cumprimento àqueles deveres.

§ 4º. O administrador que, tendo conhecimento do não-cumprimento desses deveres por seu predecessor, ou pelo administrador competente nos termos do § 3º, deixar de comunicar o fato à assembléia geral, tornar-se-á por ele solidariamente responsável.

§ 5º. Responderá solidariamente com o administrador quem, com o fim de obter vantagem para si ou para outrem, concorrer para a prática de ato com violação da lei ou do estatuto.

Nos dispositivos supramencionados não há hipótese de responsabilidade sem culpa, mas a solidariedade na responsabilização do administrador ocorrerá somente se a irregularidade do ato de gestão envolver dever legal que garanta o normal funcionamento da empresa.

Portanto, importante anotar que, segundo a legislação em vigor, para que não haja solidariedade na responsabilização por ato de administrador da sociedade, aqueles que divergirem do ato de gestão questionado devem fazer constar em ata de reunião a sua divergência.

Nas companhias fechadas, todos os administradores que não fizerem anotar em ata o voto contrário ao ato questionado serão responsabilizados solidariamente. Nas companhias abertas responderão solidariamente todos os administradores relacionados à irregularidade, excluindo-se dessa hipótese aqueles que consignarem sua divergência em ata, bem como comunicarem a assembléia geral do ocorrido.

Esse mecanismo leva os administradores a fiscalizarem as atividades uns dos outros, para que se evite a prática de qualquer ato contra os interesses da sociedade e dos acionistas.

Para Fábio Ulhoa COELHO<sup>88</sup>, por esta razão, nunca haveria a responsabilização de administrador sem culpa e que cumpriu todos os seus deveres, estando atento à atuação dos demais administradores. De consequência não existiria a responsabilização sem culpa dos administradores, mesmo nos casos de solidariedade legal.

## 5.2 AÇÃO DE RESPONSABILIDADE

A efetivação da responsabilidade do administrador da sociedade anônima ocorre com proferimento de decisão judicial em ação de indenização promovida pela companhia.

Nesse caso, é competente a sociedade anônima para propor ação contra administrador que causou dano a ela ou a outrem no prazo de três meses a contar da realização da assembléia geral que decidiu pela responsabilização do administrador. Caso esse direito não seja exercido no prazo legal, qualquer acionista poderá fazê-lo<sup>89</sup>. Como aduzido anteriormente, também ocorrerá a substituição processual nos casos do disposto no § 4º do artigo 159 da Lei nº 6.404/76.

Observe-se que, como bem afirma Fábio Ulhoa COELHO<sup>90</sup>, mesmo havendo a substituição processual, o titular do direito será sempre a companhia lesada. Os substitutos processuais agem sempre em nome da pessoa jurídica. Por esse motivo, o § 5º do artigo 159 da Lei nº 6.404/76 afirma que os resultados da ação promovida por acionista deferem-se à companhia, a qual deverá indenizá-lo, até o limite daqueles

---

<sup>88</sup> COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2002, v.2, p. 267.

<sup>89</sup> **Art 159. (...)**

§ 3º Qualquer acionista poderá promover a ação, se não for proposta no prazo de 3 (três) meses da deliberação da assembléia geral”.

<sup>90</sup> COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2002, v.2, p. 264.

resultados, de todas as despesas em que tiver incorrido, inclusive correção monetária e juros dos dispêndios realizados<sup>91</sup>.

Note-se que a demanda judicial não tira do administrador o direito de exercer seu cargo, caso a ação tenha sido interposta pelos substitutos processuais. Basta que o gestor ainda seja de confiança dos órgãos diretivos da empresa. Inclusive, nesses casos, até mesmo sentença condenatória não lhe tira o direito de exercer o cargo, desde que não se tenha postulado a sua destituição.

Parte da doutrina defende que nem sempre a responsabilização judicial do administrador é interessante para a empresa porque tornará público todos os problemas internos da companhia, podendo atrapalhar o bom andamento de seus negócios. Sob esse raciocínio fica praticamente inutilizada a previsão do § 4º do artigo 159 da Lei nº 6.404/76.

No entanto, importante ressaltar que o não ajuizamento de ação contra administrador afastado não caracteriza abuso de poder de controle, que muito se difere da ratificação de atos ilegais praticados na administração<sup>92</sup>.

Na decisão da ação, pode o juiz reconhecer a exclusão da responsabilidade do administrador, se convencido de que este agiu de boa-fé e visando ao interesse da companhia. Além disso, a ação prevista nesse artigo não exclui a que couber ao acionista ou terceiro diretamente prejudicado por ato de administrador, conforme disposição dos §§ 6º e 7º do artigo 159 da Lei nº 6.404/76<sup>93</sup>.

---

<sup>91</sup> **Art. 159 (...)**

§ 5º Os resultados da ação promovida por acionista deferem-se à companhia, mas esta deverá indenizá-lo, até o limite daqueles resultados, de todas as despesas em que tiver incorrido, inclusive correção monetária e juros dos dispêndios realizados.

<sup>92</sup> Na ratificação de atos ilegais estará ocorrendo uma aceitação dos atos praticados, enquanto que a não interposição de ação contra administrador afastado é apenas opção da companhia em manter em sigilo os seus problemas de gestão.

<sup>93</sup> **Art. 159 (...)**

§ 6º. O juiz poderá reconhecer a exclusão da responsabilidade do administrador, se convencido de que este agiu de boa-fé e visando ao interesse da companhia.

§ 7º. A ação prevista neste artigo não exclui a que couber ao acionista ou terceiro diretamente prejudicado por ato de administrador”.

## CONCLUSÃO

As sociedades anônimas surgiram com as companhias coloniais constituídas pelo Estado, na Holanda, nos séculos XVII e XVIII, para as conquistas das navegações ultramarinas. Mas, mesmo quando se permitiu a constituição de companhias por particulares, a sociedade anônima ainda ficou subordinada as normas impostas pelo Estado para seu funcionamento.

No Brasil ocorreu a mesma evolução histórica: i) sistema de monopólio e privilégio do Estado; ii) sistema de concessão ou autorização pelo Estado; e iii) sistema de liberdade de constituição, com ressalvas (instituído pelo Código Comercial brasileiro de 1850).

Após o Código Comercial brasileiro sobrevieram diversas leis e decretos reguladores da sociedade anônima, principalmente a Lei nº 6.404, que nasceu para regulamentar as sociedades por ações, incluindo-se as sociedades anônimas. A Lei nº 10.303/01 implementou algumas mudanças na Lei nº 6.404/76 no que tange à regulamentação das sociedades anônimas. O Novo Código Civil de 2002 não trouxe nenhuma novidade a respeito das companhias.

Segundo este diploma legal, a sociedade anônima é aquela cujo capital divide-se em ações, obrigando-se cada sócio ou acionista somente pelo preço de emissão das ações que subscrever ou adquirir. A doutrina, de maneira geral, define sociedade anônima como aquela cujo capital é dividido em frações chamadas ações e cujos sócios têm sua responsabilidade limitada ao preço de emissão das ações que possuem.

Como nas sociedades anônimas, a responsabilidade do acionista é limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas, não há a possibilidade de responsabilização dos sócios ou acionistas por danos causados a terceiros ou à própria sociedade, o que demanda controle da gestão da companhia de forma a se evitar

fraudes. E é por esse aspecto que se torna relevante o estudo sobre a administração da companhia, vez que ingerências surgidas nesse campo podem caracterizar abusos ou excessos que devem ser punidos com o rigorismo que a lei prevê.

Diferentemente de outros tipos societários, a gestão e direção da empresa não são determinadas pelos fundadores ou acionistas, mas pelos órgãos próprios, criados por lei, para exercer essa função, quais sejam a diretoria e o conselho de administração.

É por meio desses órgãos que a sociedade anônima adquire e exercita direitos e contrai obrigações. Todavia, apesar desses órgãos diretivos representarem as “vontades” da sociedade, não há como dissociá-los da vontade das próprias pessoas físicas que os integram, o que constitui mais um motivo para o controle e responsabilização dos atos dos administradores da sociedade anônima.

Outrossim, urge haver um maior controle dos atos da administração se for considerado que os sócios minoritários das companhias dificilmente possuem acesso à sua gestão e gerência. Desta feita, há a necessidade de atender aos interesses daqueles sem poder de decisão, afim de que não sofram prejuízos frente a uma administração ruinosa ou mal intencionada.

Para garantir os direitos de todos os sócios da companhia (majoritários e minoritários), bem como os direitos dos terceiros interessados, é que a lei instituiu direitos e deveres para quem exercer papel de administrador de sociedade anônima.

Dentre os direitos e deveres relacionados na legislação pátria estão dispostos também os requisitos para a constituição e funcionamento dos órgãos diretivos das companhias. Esses requisitos intentam uma melhor forma de administração da sociedade, conferindo-lhe credibilidade e agilidade. Com isso há uma maior organização dos órgãos diretivos da empresa, o que, de certa forma, tende a evitar excessos e fraudes na administração.

Observando o administrador todos os deveres a si impostos pela legislação e pelo estatuto da empresa, em nada deverá temer em sua gestão, pois não haverá qualquer motivo para que seja responsabilizado. No entanto, agindo o gestor de má-fé, ou em desacordo com as normas vigentes, terá que responder por danos causados à empresa, a seus acionistas e a terceiros interessados.

Ressalte-se que a responsabilidade do administrador da companhia pode incursar em diversos âmbitos, como o trabalhista, o tributário, o criminal e o civil. No entanto, o tema da presente discussão visa somente a análise da responsabilidade civil do administrador.

Sob esta ótica, o administrador da companhia responde pelos danos que causar em virtude do abuso de poder, que pode ser caracterizado pelo desvio de finalidade da companhia, pela orientação da companhia para fim estranho ao objeto social ou lesivo ao interesse nacional, a liquidação de sociedade próspera, a eleição de administrador ou fiscal que sabe inapto, moral ou tecnicamente, ou que deveria saber pela notoriedade do fato etc. Verificada qualquer das possibilidades anteriormente descritas, e havendo dano à companhia, seus acionistas e empregados, ou à comunidade em que atua, o administrador será responsabilizado.

Na responsabilização do administrador não há que se comprovar a intenção do abuso cometido. Isto porque o desvio de poder caracteriza o descumprimento dos deveres que a lei e o estatuto impõem ao administrador, e os administradores “não podem praticar atos de liberalidade às custas da sociedade”.

No caso de cometimento de ato ilícito, geralmente, a responsabilidade civil do administrador é individual, mas pode haver a solidariedade resultante de previsão legal ou da vontade das partes. Essa disposição evita que hajam conivências com atos ilícitos, ou mesmo apatia de alguns dos acionistas da companhia, pretendendo auferir alguma vantagem frente aos demais acionistas.

Havendo a responsabilização do administrador, a responsabilidade torna-se pessoal, o que atinge o patrimônio pessoal do administrador, que responderá pelos prejuízos causados pelos atos ilícitos cometidos.

Portanto, por mais que a responsabilidade dos acionistas de sociedade seja limitada ao preço de emissão das ações que possuem, caso haja abuso no exercício de poder na gestão da companhia, o administrador responderá pelos atos praticados, inclusive com seu patrimônio social.

A evolução legislativa, com a previsão de responsabilização dos administradores de sociedade anônima, é de fundamental importância porque veio proteger os direitos dos acionistas minoritários da companhia, bem como o interesse de terceiros, que não

possuem poder de influenciar os rumos da empresa, nem tem como proteger seus interesses.

No entanto, não se pode iludir-se, acreditando que há uma proteção efetiva desses direitos, vez que o controle da companhia continua nas mãos dos acionistas majoritários, que sempre tendem a perseguir os objetivos que lhes tragam maiores vantagens.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Amador Paes. **Manual das Sociedades Comerciais**. 12.ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BERTOLDI, Marcelo M (coord.). **Reforma da Lei das S.A.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

BORBA, José Edwaldo Tavares. **Direito Societário**. 6.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. **Diário Oficial da União**, Brasília, p.1, suplemento, 17 dez. 1976.

BRASIL. Lei nº 9.457, de 05 de maio de 1997. Altera dispositivos da lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre a sociedade por ações, e na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. **Diário Oficial da União**, Brasília, p.9009, 06 de maio 1997

BRASIL. Lei nº 10.303, de 10 de outubro de 2001. Altera e acrescenta dispositivos na lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre a sociedade por ações, e na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. **Diário Oficial da União**, Brasília, p.4, 1º de novembro 2001.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil brasileiro. **Diário Oficial da União**, Brasília, p.1, 11 jan. 2002.

BULGARELLI, Waldirio. **Manual das S.A.** 7.ed. São Paulo: Atlas, 1993.

CARVALHOSA, Modesto; LATORRACA, Nilton. **Comentários à Lei de S.A.** 2.ed. São Paulo: Saraiva, 1998, vol. 3.

COELHO, Fabio Ulhoa. **Manual de Direito Comercial**. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

\_\_\_\_\_. **Curso de Direito Comercial**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2002, v.2.

COMPARATO, Fábio Konder. **O Poder de Controle na S.A.** 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

DIAS, José de Aguiar. **Da Responsabilidade Civil**. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

A nova lei das S/A: avanços, ausências e problemas. Disponível em <http://www.google.com.br/search?q=cache:ljdioPAKS3MJ:www.dynamo.com.br/cartas/carta32.pdf+lei++10303&hl=pt-BR&ie=UTF-8> (acessado em 30/05/2003).

LIMA, Osmar Brina Corrêa. **O Acionista Minoritário no Direito Brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

LIRA, Afrânio. **Responsabilidade Civil**. 2.ed. São Paulo: Jurid Vellenich Ltda., 1979.

LOBO, Jorge (coord.). **A Reforma da Lei das S.A.** São Paulo: Atlas, 1998.

\_\_\_\_\_. **Inovações e Questões Controvertidas da Lei nº 10.303 de 31/10/2001**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

MAGALHÃES, Roberto Barcellos de. **Lei das S.A.** – Comentários por artigo. 2.ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1997.

MARTINS, Fran. **Curso de Direito Comercial**. 19.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

PAES, P.R. Tavares. **Manual das S.A.** 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.

\_\_\_\_\_. **Responsabilidade dos Administradores de Sociedades**. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**. 17.ed. São Paulo: Saraiva, 1988, v.2.

FIÚZA, Ricardo (coord.). **Novo Código Civil Comentado**. São Paulo: Saraiva, 2003.